

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS**

**O POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO E A SOCIEDADE**

**FREDERICO BRAGA CONSTANTINO - ASP OF PM**

**BRASÍLIA  
2015**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS**



**FREDERICO BRAGA CONSTANTINO**

**O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E A SOCIEDADE**

**BRASÍLIA  
2015**



**FREDERICO BRAGA CONSTANTINO**

## **O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E A SOCIEDADE**

**Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao instituto superior de ciências policiais como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Policiais.**

**Orientador: CAP QOPM Rozeneide Carlos Ferreira dos Santos**

**BRASÍLIA**

**FREDERICO BRAGA CONSTANTINO**

**O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E A SOCIEDADE**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de formação de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Policiais.

Aprovado em: 07 de dezembro de 2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

CAP QOPM Rozeneide Carlos Brito Ferreira dos Santos – Orientador PMDF

---

CAP QOPM Diogo Victor Pereira da Silva – Membro PMDF

---

CAP QOPM Thiago Vinicius Brandão Moura – Membro PMDF

Dedico esta monografia, em primeiro lugar a meu amado Deus que sempre está ao meu lado. Faço também dedicação a minha tão amada esposa, Juliana, que sempre me deu força para superar minhas dificuldades. A minha maravilhosa filha, Cecília, que transforma todo dia a minha vida quando me dá um lindo sorriso.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus queridos pais, minha esposa, a minha filha, a todos os familiares e amigos que nos bons e maus momentos sempre estiveram presentes.

Agradeço a todos os integrantes da Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), Comando, Coordenação, Corpo Docente e aos grandes amigos da 21ª turma do Curso de Formação de Oficiais (CFO).

Se um homem não descobriu nada pelo qual  
morreria, não está pronto para viver. (Martin  
Luther King Junior)

## RESUMO

A presente pesquisa tem como foco principal analisar a percepção da sociedade em relação ao policiamento comunitário, segundo a perspectiva dos moradores, comerciantes e dos policiais militares na área do Varjão. Visto que o aumento dos índices de violência tem crescido em todas as áreas do Distrito Federal a utilização do Policiamento Comunitário já se tornou uma prática da Polícia Militar do Distrito Federal diferentemente do Policiamento tido como Tradicional. Assim, essa nova forma de agir da polícia está influenciando diretamente as ações de segurança, pois passa a utilizar efetivamente a participação da comunidade quanto aos fenômenos criminais e busca com essa participação estratégias realmente efetivas para o controle e a redução da criminalidade como um todo. Para a realização desse estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica compreendendo livros, estudos e artigos científicos, bem como aplicação de questionários aos três grupos afetos ao estudo: moradores, comerciantes e policiais da área do Varjão. As questões envolveram aspectos quanto a: tempo de residência e de ofício na área pesquisada, sentimento quanto as questões de segurança, conhecimentos teóricos relativos ao Policiamento Comunitário e percepção da eficácia do tipo de policiamento realizado no Varjão. Com a compilação dos resultados apresentados relativo aos três grupos pesquisados se percebe a importância do policiamento comunitário para a tranquilidade e para a segurança de modo geral na área pesquisada. Percebe-se também que há que se sedimentar o conhecimento teórico relativo ao Policiamento Comunitário, nos três grupos, e desenvolver ações para que os laços entre os moradores, comerciante e policiais sejam mais sólidos.

**Palavras-chave:** Polícia Militar do Distrito Federal. Policiamento Tradicional. Policiamento Comunitário. Ações de Segurança. Participação da Comunidade.



## **ABSTRACT**

This research focuses primarily on analyzing the perception of society in relation to community policing, from the perspective of residents, merchants and military officers in Varjão area. Since the increase in levels of violence has increased in all areas of the Federal District the use of community policing has become a practice of the Federal District Military Police unlike Policing considered traditional. Thus, this new way of acting police is directly influencing security actions, as it starts to effectively use community participation as the criminal phenomena and seek their participation really effective strategies for controlling and reducing crime as a whole. To carry out this study we used the literature including books, scientific studies and articles, as well as questionnaires to the three groups to study affections: residents, merchants and the police Varjão area. The issues involved aspects as: residence time and craft in the research area, feeling as security issues, knowledge relating to community policing and perceived effectiveness of type of policing carried out in Varjão. With the compilation of the results presented for the three surveyed groups realize the importance of community policing for peace and for the general security in the area surveyed. It also realizes that it is necessary to pave the theoretical knowledge relating to community policing, in the three groups, and develop actions so that the bonds between the residents, marketer and police are stronger.

**Keywords:** Force. Military Police of the Federal District. Traditional policing. Community policing. Safety actions. Community participation.

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1 – Imagem aérea do Varjão .....	34
Fotografia 2 – Entrada do Varjão.....	35
Fotografia 3 – Ação repressiva do Polícia Militar do Distrito Federal.....	36
Fotografia 4 – Policiamento ostensivo motorizado na avenida central do Varjão.....	37

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Tempo de Serviço PMDF .....	40
Gráfico 1.2 – Tempo de Serviço no 24º BPM .....	40
Gráfico 1.3 – Frequência de Serviço na área pesquisada .....	41
Gráfico 1.4 – Curso de Policiamento Comunitário .....	42
Gráfico 1.5 – Aplicação do Policiamento Comunitário .....	43
Gráfico 1.6 – Aplicação do Policiamento Comunitário na área de atuação .....	43
Gráfico 1.7 – Conhecimento da comunidade .....	44
Gráfico 1.8 – Conhecimento dos comerciantes .....	45
Gráfico 1.9 – Efetividade do Policiamento Comunitário .....	46
Gráfico 1.10 – Percepção da importância do Policiamento Comunitário .....	46
Gráfico 2.1 – Tempo de residência em Brasília .....	47
Gráfico 2.2 – Tempo de residência no Varjão .....	48
Gráfico 2.3 – Segurança no Varjão .....	48
Gráfico 2.4 – Vítima de crime .....	49
Gráfico 2.5 – Conhecimento de vítima de crime .....	50
Gráfico 2.6 – Policiamento motorizado .....	51
Gráfico 2.7 – Policiamento a pé .....	51
Gráfico 2.8 – Conhecimento dos policiais pela comunidade .....	52
Gráfico 2.9 – Conhecimento de policiamento comunitário .....	53
Gráfico 2.10 – Segurança quanto ao tipo de policiamento executado .....	53
Gráfico 3.1 – Tempo de comércio .....	54
Gráfico 3.2 – Tempo de comércio no Varjão .....	55
Gráfico 3.3 – Segurança no Varjão .....	56
Gráfico 3.4 – Vítima de crime em serviço .....	56
Gráfico 3.5 – Conhecimento de vítima de crime em serviço .....	57
Gráfico 3.6 – Policiamento motorizado próximo ao comércio. ....	58
Gráfico 3.7 – Policiamento a pé .....	59
Gráfico 3.8 – Conhecimento dos policiais pelos comerciantes .....	59
Gráfico 3.9 – Conhecimento de policiamento comunitário .....	60
Gráfico 3.10 – Segurança quanto ao tipo de policiamento realizado .....	61

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Tempo de Serviço PMDF .....	39
Tabela 1.2 – Tempo de Serviço no 24º BPM .....	40
Tabela 1.3 – Frequência de Serviço na área pesquisada .....	41
Tabela 1.4 – Curso de Policiamento Comunitário .....	42
Tabela 1.5 – Aplicação do Policiamento Comunitário .....	42
Tabela 1.6 – Aplicação do Policiamento Comunitário na área de atuação .....	43
Tabela 1.7 – Conhecimento da comunidade .....	44
Tabela 1.8 – Conhecimento dos comerciantes .....	45
Tabela 1.9 – Efetividade do Policiamento Comunitário .....	45
Tabela 1.10 – Percepção da importância do Policiamento Comunitário .....	46
Tabela 2.1 – Tempo de residência em Brasília .....	47
Tabela 2.2 – Tempo de residência no Varjão .....	48
Tabela 2.3 – Segurança no Varjão .....	48
Tabela 2.4 – Vítima de crime .....	49
Tabela 2.5 – Conhecimento de vítima de crime .....	50
Tabela 2.6 – Policiamento motorizado .....	50
Tabela 2.7 – Policiamento a pé .....	51
Tabela 2.8 – Conhecimento dos policiais pela comunidade .....	52
Tabela 2.9 – Conhecimento de policiamento comunitário .....	52
Tabela 2.10 – Segurança quanto ao tipo de policiamento executado .....	53
Tabela 3.1 – Tempo de comércio .....	54
Tabela 3.2 – Tempo de comércio no Varjão .....	55
Tabela 3.3 – Segurança no Varjão .....	55
Tabela 3.4 – Vítima de crime em serviço .....	56
Tabela 3.5 – Conhecimento de vítima de crime em serviço .....	57
Tabela 3.6 – Policiamento motorizado próximo ao comércio. ....	58
Tabela 3.7 – Policiamento a pé .....	58
Tabela 3.8 – Conhecimento dos policiais pelos comerciantes .....	59
Tabela 3.9 – Conhecimento de policiamento comunitário .....	60
Tabela 3.10 – Segurança quanto ao tipo de policiamento realizado .....	61

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>CBMDF</b>	<b>Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal</b>
<b>DEC/ISCP</b>	<b>Departamento de Educação e Cultura do Instituto de Ciências Policiais</b>
<b>DETRAN/DF</b>	<b>Departamento de Trânsito do Distrito Federal</b>
<b>GDF</b>	<b>Governo do Distrito Federal</b>
<b>PCDF</b>	<b>Polícia Civil do Distrito Federal</b>
<b>PMEG</b>	<b>Polícia Militar do Estado da Guanabara</b>
<b>PMRJ</b>	<b>Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro</b>
<b>PMDF</b>	<b>Policia Militar do Distrito Federal</b>
<b>RA XXIII</b>	<b>Região Administrativa XXIII</b>
<b>RIVI</b>	<b>Relatório de Impacto de Vizinhança</b>
<b>SHTQ</b>	<b>Setor Habitacional Taquari</b>
<b>TERRACAP</b>	<b>Companhia Imobiliária de Brasília</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1 Um breve histórico da PMDF .....	15
2.2 Os tipos de policiamento.....	16
2.3 Policiamento Comunitário .....	18
2.4 Origem do Policiamento Comunitário .....	21
2.5 Diferenças entre Policiamento Tradicional e Policiamento Comunitário .....	28
2.6 Atores envolvidos no Policiamento Comunitário. ....	30
2.7 Os princípios do Policiamento Comunitário .....	31
2.8 A área do Varjão e suas características .....	33
2.9 Metodologia .....	37
2.10 População e Amostra.....	38
2.11 Análise de Dados .....	39
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>
ANEXO – Decreto nº 24.316/2003 – Programa de Segurança Comunitária.....	67
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO - POLICIAIS MILITARES .....	75
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO - MORADORES DO VARJÃO .....	77
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO - COMERCIANTES DO VARJÃO .....	79

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância do Policiamento Comunitário como ação eficaz para a redução da criminalidade, bem como medida social capaz de aproximar a comunidade às instituições policiais. Assim, tem-se como **tema** dessa pesquisa: O Policiamento Comunitário e a Sociedade.

A linha de **pesquisa** deste tema segue as normas contida no NEPES, tendo em vista que respeita o previsto na instrução normativa número 03, de 16 de julho de 2014, o qual estabelece as linhas de pesquisas do Departamento de Educação e Cultura do Instituto de Ciências Policiais (DEC/ISCP), enquadrando-se o referido tema na área de concentração denominada: Atividade Policial Reflexiva - Estratégias Contemporâneas em segurança pública.

**Justifica-se** pesquisar esse tema, visto que o Policiamento Comunitário é uma filosofia de policiamento no qual utiliza a participação da sociedade no combate ao crime assim, o estudo se propõe analisar a percepção da sociedade a respeito dessa forma de atuação policial.

Para a instituição Policial Militar do Distrito Federal (PMDF), esta pesquisa é relevante, pois saber se a polícia pode contar com a participação da sociedade no combate ao crime por meio do Policiamento Comunitário é muito importante como forma de minimizar os efeitos da criminalidade e com isso a sociedade precisa saber sobre esse tipo atuação policial. E por fim este pesquisador pretende saber se a sociedade conhece o Policiamento Comunitário, e se esse conhecimento é importante para eficiência deste policiamento, pois só assim ela poderá contribuir para sua execução, sendo assim relevante essa pesquisa.

Quando se vislumbra o **problema** tem-se que a Polícia Militar do Distrito Federal adota uma forma de policiamento no qual age em parceria com a sociedade para a redução dos índices de criminalidade. Ações desse tipo têm impacto direto na vida da comunidade, sendo assim faz se necessário questionar:

Qual a percepção da sociedade em relação ao policiamento comunitário?

Para esse questionamento adota-se a seguinte **hipótese**: Há indícios que a sociedade percebe o policiamento comunitário de forma positiva.

A partir do exposto, tem-se como **objetivo geral** analisar a percepção da sociedade em relação ao policiamento comunitário, segundo a perspectiva dos moradores, comerciantes e dos policiais na área do Varjão. E com base no objetivo geral da pesquisa, aborda-se os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Descrever um breve histórico da PMDF.
- b) Definir os tipos de policiamento.
- c) Conceituar Policiamento Comunitário.
- d) Citar a origem do Policiamento Comunitário.
- e) Apresentar diferenças entre Policiamento Tradicional e Policiamento Comunitário.
- e) Enumerar atores envolvidos no Policiamento Comunitário.
- f) Enumerar os princípios do Policiamento Comunitário.
- g) Apresentar a área do Varjão e suas características.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Um breve histórico da PMDF

Conforme manual de História, Valores, Tradição e Organização da Polícia Militar do Distrito Federal, Feitosa (2010), em 1960, a capital do país foi transferida para Brasília. A cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, então tornou-se Estado da Guanabara. Assim, a então Polícia Militar do Distrito Federal passou a ter o nome de Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG), enquanto no restante do Estado do Rio de Janeiro a corporação tinha o nome de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMRJ).

Em 1974, o Governo Federal decide reunir os dois estados através da Lei Complementar nº 20. Assim, em 15 de março de 1975, ocorreu a fusão do Rio de Janeiro e da Guanabara. Dessa forma, a nova unidade da federação adotou o nome de Estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, ocorreu a fusão entre as duas Corporações policiais militares.

Devido à alteração da Capital Federal para o Planalto Central, a então Polícia Militar do Distrito Federal foi transferida, de modo compulsório, àquela nova Unidade da Federação, com a tarefa de fornecer segurança e tranquilidade a todos os cidadãos que participaram da construção da nova capital do país.

O Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública, em 05 de agosto de 1965, por meio da portaria nº 120, criava normas na qual o então Comandante Geral da Corporação, na época sediada no Estado da Guanabara, instalasse na nova Capital da República, uma Unidade Administrativa com um efetivo orgânico de uma Companhia de Polícia Militar, destinada a executar o serviço de trânsito de Distrito Federal.

Em 20 de dezembro de 1966, o 1º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF instalou-se provisoriamente em um antigo galpão de alvenaria, no Setor Policial Sul, cedido à Corporação pelo Departamento Federal de Segurança Pública. Essa foi a primeira unidade da nova PMDF, enquanto era desenvolvida a nova estrutura a ser dada à corporação. Assim, começaram as atividades da PMDF na nova capital.

## 2.2 Os tipos de policiamento

Dentre as várias doutrinas policiais, o Manual Técnicas e Táticas Policiais (2012) descreve os vários tipos de policiamento:

- a) **Policiamento Ostensivo Geral:** Tipo de Policiamento Ostensivo que tem por objetivo atender as necessidades basilares de segurança, inerentes a qualquer comunidade ou a qualquer cidadão, podendo ser a pé ou motorizado, na área urbana ou rural.
  
- b) **Policiamento de Trânsito:** Tipo de Policiamento Ostensivo realizado nas vias urbanas abertas à livre circulação. Tem como seu objetivo disciplinar o público no cumprimento e respeito às regras e normas de trânsito, estabelecidas por órgão competente, de acordo com o Código Nacional de Trânsito e legislação pertinente.
  
- c) **Policiamento Rodoviário:** Tipo específico de Policiamento Ostensivo, realizado em rodovias distritais e, por meio de convênio, em rodovias federais, com o objetivo de disciplinar o público no cumprimento e respeito às regras e normas de trânsito ou a própria segurança pública. Estabelecida por órgão competente, de acordo com o Código Nacional de Trânsito e legislação pertinente.
  
- d) **Policiamento Ambiental:** Tipo específico de Policiamento Ostensivo que tem como foco preservar a fauna, flora, recursos florestais, as extensões d'água e mananciais, contra a caça e a pesca ilegais, a derrubada indevida e a poluição. Esse tipo de policiamento deve ser realizado em cooperação com órgãos federais ou estaduais, mediante convênio.
  
- e) **Policiamento de Guarda:** Tipo específico de Policiamento Ostensivo que realiza a guarda de aquartelamento, a segurança externa de estabelecimentos penais e das sedes dos poderes estaduais.

f) Policiamento Especial: Tipo específico de Policiamento Ostensivo que tem por objetivo desempenho de ações policiais especiais das unidades especializadas tais como policiamento de choque, diplomático, policiamento com gerenciamento de crises, e outros excepcionais.

g) Policiamento Escolar: Tipo de policiamento realizado nas escolas, creches, colégios, faculdades, centros universitários, universidades, cursos técnicos e profissionalizantes. A atuação policial ainda poderá ocorrer dentro desses estabelecimentos, desde que haja necessidade e/ou mediante convênio, quando se tratar de estabelecimentos particulares e que não estejam em situação de desacordo com a lei vigente.

h) Policiamento Judiciário: Tipo de policiamento executado internamente e excepcionalmente externamente em Fóruns, Tribunais e Promotorias.

i) Policiamento Turístico: Tipo de policiamento desempenhado por policiais que possuem o domínio e fluência em diversos idiomas estrangeiros, sendo realizado especificamente no Policiamento Turístico.

j) Policiamento Velado: É executado visando levantar informações a respeito de dados importantes sobre a melhor aplicação do policiamento. Os policiais não utilizam viaturas ostensivas ou caracterizadas e tampouco usam fardamento.

## 2.3 Policiamento Comunitário

Não há como se formular o conceito de Policiamento Comunitário sem saber a definição de polícia comunitária. Trojanowicz (1994), em seu livro *Policiamento Comunitário: Como Começar*, define polícia comunitária como sendo uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre população e polícia. Tem-se como premissa de que tanto polícia quanto comunidade devem trabalhar em conjunto para identificar, priorizar e resolver problemas como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais objetivando melhoraria da qualidade geral da vida na localidade.

Para Brito (2007), a polícia comunitária é:

... a modalidade de trabalho policial preventivo e ostensivo correspondente ao exercício da função policial definida pelo compromisso inalienável com a construção social da paz e respeito aos direitos humanos. Equivale também a um aperfeiçoamento profissional, uma vez que implica mais qualificação e maior eficiência na provisão da segurança pública. Os exemplos brasileiros e internacionais são ricos em experiências bem sucedidas, nas quais decrescem as taxas de crimes e outras práticas violentas, enquanto cresce, na mesma proporção, a confiança popular na polícia. A memória da história recente ajuda a contextualizar a importância e o sentido desta nova metodologia de gestão (2007, p.9-10).

Já no livro *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária – 3ª edição*, escrito por um grupo de trabalho formado por vários estudiosos no assunto, o conceito de Policiamento Comunitário é descrito como uma filosofia de patrulhamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial trabalha na mesma área, agindo numa parceria preventiva com os cidadãos, para identificar e resolver problemas.

Assim, polícia comunitária não é a mesma coisa que Policiamento Comunitário. Polícia comunitária é a filosofia organizacional, enquanto o Policiamento Comunitário são as ações efetivas em conjunto com a comunidade.

Os estudiosos David Bayley e Jerome Skolnick (2001), em seus estudos sobre Policiamento Comunitário, realizados nos Estados Unidos, definiram inicialmente algumas ideias que caracterizam esse tipo de policiamento: a) a população e a polícia tem que ter uma relação de reciprocidade; b) necessidade do comando ser descentralizado por área; c)

reorientação da forma de patrulhamento visando engajar toda a comunidade na prevenção da criminalidade; d) inserção do emprego de civis na polícia e no trabalho de policiamento.

Com a evolução dos estudos e o refinamento das ideias, definiu-se como pontos fundamentais do Policiamento Comunitário: a) saber da população por meio de consultas seus problemas, prioridades e estratégias de resolução; b) criação de estratégia policial direcionada para áreas e problemas específicos; c) criação de um sentimento de união gerando uma mobilização por parte da comunidade fazendo com que ocorra a autoproteção e criando condições para resolução de problemas que geram crimes; d) priorização de ações voltadas para a resolução de problemas geradores de crime e desordem (prevenção).

Já na visão de Vinadé (2002), são necessários 12 pressupostos básicos para o Policiamento Comunitário:

- I – A comunidade organizada é a instância principal do exercício da cidadania;
- II – A integração comunitária deve ser pensada como uma atividade operacional e não como uma ação da área de comunicação social ou relações públicas;
- III – Todos os policiais, em todos os níveis, constituem-se no elo entre a comunidade e a instituição policial;
- IV – As ações e atividades desenvolvidas pela polícia e o seu esforço permanentemente de interação com a comunidade devem ser baseadas na ética, na legalidade, na responsabilidade, na confiança mútua e na transparência;
- V – O trabalho desenvolvido pelo policial junto a uma comunidade deve ser personalizado, sempre respeitando a cultura e os costumes desta;
- VI – Todos, em todos os níveis da organização policial, devem estar comprometidos com os objetivos e metas estabelecidos para a efetivação do policiamento comunitário;
- VII – O policiamento comunitário deve, necessariamente, contar com a participação efetiva e proativa de todos os segmentos da comunidade;
- VIII – Em cada atendimento realizado, a atitude policial deve ser alicerçada num conceito ampliado de segurança pública e num modelo profissional de policial cidadão;
- IX – Segurança pública deve ser observada como uma visão multifacetária, sistêmica e holística;
- X – Cada policial deve ter consciência de que pertence a um organismo da comunidade e está a seu serviço;
- XI – Estabelecer e manter relacionamento são fundamentais ao sucesso das ações e atividades de cunho comunitário;
- XII – Policiamento Comunitário exige a quebra de antigos paradigmas e a formulação de outros sintonizados com a época em que vivemos (2002, p.23-24).

Uma visão bastante elementar do Policiamento Comunitário foi desenvolvida pela Police Foundation, organização criada com o objetivo de pesquisar e difundir conhecimentos relacionados à polícia. Sua sede fica em Washington DC, Estados Unidos, e segundo essa

fundação, o policiamento comunitário tem como premissa três elementos: a) a atuação policial deve-se pautar na resolução de problemas e não apenas responder a incidentes; b) para polícia problemas relacionados à desordem e à incivilidade devem ser tão importantes quanto a ação contra crimes graves; c) para que haja uma efetiva a redução da criminalidade da desordem a polícia deve trabalhar cooperativamente com a comunidade visando identificar suas preocupações, prioridade e também resolver seus problemas.

Quando se faz avaliação das estratégias de policiamento, a tendência é se utilizar dados quantitativos: quantos crimes ocorrem, quantas pessoas foram apreendidas, quantas chamadas foram atendidas, quantos registros de ocorrências foram realizados, quantos crimes foram resolvidos. Porém, não são levadas em consideração as questões sociais, principalmente relacionadas com a percepção da sociedade em relação a confiabilidade nas forças policiais.

Dessa forma, a proposta do Policiamento Comunitário vem para criar uma aproximação e integração entre a polícia e o público, com o objetivo de romper com o distanciamento entre comunidade e forças policiais, bem como a hostilidade nesse relacionamento.

A polícia comunitária vem com uma nova proposta de trabalho e atuação policial orientada à resolução de problemas expressando de forma clara a divisão de responsabilidades e convocando a comunidade a participar em conjunto com a polícia na implementação de políticas públicas destinadas a segurança.

Mas apresentando esses conceitos tudo parece lógico e simples. A comunidade, que busca paz, tranquilidade, condições saudáveis para viver, se une às forças de segurança pública para evitar os problemas criminais. Porém, por mais lógico que isso possa parecer a implementação do policiamento comunitário requer uma série de ações tanto por parte das instituições públicas como por parte da comunidade.

Assim, a comunidade de modo geral deve enxergar nas forças de segurança pública, principalmente a Polícia, como uma instituição aliada e voltada para a segurança dela. E por outro lado, a Polícia deve se aproximar da comunidade criando assim condições para essa interação tão necessária ao Policiamento Comunitário.

## 2.4 Origem do Policiamento Comunitário

Vários são os países que implementaram o Policiamento Comunitário como forma de preservação da ordem pública, utilizando a comunidade como agente parceiro para efetiva ação policial. Pode-se citar Estados Unidos da América, Canadá, Japão, Espanha, Argentina, Colômbia, Equador, Paraguai, El Salvador e outros países.

No livro Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária – 3ª edição, há relato que o Japão desenvolve um dos processos mais antigos de Policiamento Comunitário no mundo (criado em 1879). O Japão, por possuir um Estado moderno com um alto grau de participação social, este possui um sistema de policiamento fardado baseado na estrutura da Polícia Nacional Japonesa que adota amplamente o Policiamento Comunitário. Para sistematizar esse tipo de policiamento, este é montado numa ampla rede de postos policiais, num total de 15.000 em todo o país, denominados Kobans e Chuzaishos.

O sistema de policiamento comunitário é tão importante que dos 226.000 policiais, cerca de 40% estão destinados ao Policiamento Comunitário fardado, dos quais, 65% estão alocados nos Kobans e Chuzaishos, 20% no policiamento motorizado e 15% no serviço administrativo do sistema, incluindo o staff de comando, sistema de atendimento e despacho de viaturas para ocorrências e comunicação como um todo.

Com relação ainda às origens do Policiamento Comunitário no Japão, sua linha de atuação ao serviço, voltado a atender a comunidade, em conjunto com as ações preventivas contra a criminalidade, também foram adotadas se não na mesma época, pouco tempo depois, pela Malásia, Coréia, China e Cingapura, o que deu origem ao termo “Escola de Polícia Oriental” (ideologia preventiva), à qual se contrapõe à Escola Anglo-Saxônica (ideologia reativa e de controle social) e à Escola Latina (ideologia militarista).

Nesse mesmo século, mais precisamente em 1829, foi criada a Real Polícia Metropolitana pelo então Primeiro Ministro Inglês Sir Robert Peel que teve como parâmetro a polícia francesa. Para diversos autores, como Amorin (2009), a Real Polícia Metropolitana é considerada a primeira organização policial moderna, sendo que esta estabelece diversos princípios que a orientou, sendo estes todos em sintonia com a filosofia da Polícia Comunitária.

Já no continente, americano nos anos de 1914 a meados de 1919, na cidade de Nova Iorque – EUA, o Comissário de Polícia da Cidade, Arthur Woods, por meio de uma série de conferências na Universidade de Yale, começou a propagar a base relação de Polícia com a comunidade, criando assim a percepção da importância social, da dignidade e do valor público do ofício policial.

Ele tinha a ideia, que inculcando na população o valor do trabalho policial ele teria um público mais esclarecido e com isso a polícia seria beneficiada, pois isso aumentaria o respeito sobre o ofício policial, visto que o cidadão entenderia a complexidade, as dificuldades e o significado dos deveres policiais.

Foi dele também a inovadora ideia de se criar o policial júnior e visitar as escolas, sendo assim consideradas suas ações como uma primeira versão do Policiamento Comunitário nos Estados Unidos. Os policiais, ao visitarem as escolas, explicavam o ofício policial sendo que seu papel social não era apenas de prender bandidos, mas de também melhorar o bairro contribuindo para a segurança e com isso tornando o local agradável para se viver.

Foi ele também responsável pela criação da rua do lazer. Nesse projeto, a polícia colocava barreiras e sinalização bloqueando o trânsito para que naquele local as crianças pudesse sair das suas residências e brincar com segurança.

Além dessas ações, ele também fez impressão de circulares com os regulamentos que controlavam a atuação dos vendedores de rua. Essa ação teve a parceria dos jornais e foi feita em diferentes línguas, devido à grande quantidade de imigrantes na época, e essa distribuição era realizada por policiais.

Infelizmente o trabalho de Woods não prosperou visto que a Administração que o havia nomeado comissário perdeu seu poder e as iniciativas dele com o tempo foram enfraquecendo.

Ao chegar aos anos 40, este foi considerado um período tranquilo com relação ao tema criminalidade. Posteriormente, a partir da década de 60, foram realizadas várias pesquisas sobre o tema criminal.



Uma dessas pesquisas realizada na cidade do Kansas se obteve um resultado curioso com relação ao patrulhamento preventivo de rotina. Verificou-se que esse tipo de patrulhamento era ineficaz em relação à queda da criminalidade, em relação ao medo da ação criminosa e em relação a percepção da comunidade relativa ao tempo de resposta policial.

Também com as pesquisas, em virtude dos tumultos urbanos ocorridos nos bairros negros como Newark, Detroit, Los Angeles e Nova Iorque gerados pelas tensões entre a população negra e a polícia, levaram algumas polícias e reformularem suas estruturas e procedimentos, assim buscando proximidade e cooperação da comunidade.

Além disso, as pesquisas da época apontavam o aumento do quantitativo policial e tornou-se intenso o patrulhamento de viatura composta por dois policiais, porém esse patrulhamento era a ermo (passivo). Assim, verificou-se que o tempo de resposta e também as investigações criminais não estavam sendo consideradas eficazes para a redução dos crimes.

No ano de 1967 a Comissão Presidencial sobre Policiamento e Administração da Justiça criou um relatório que chegou à conclusão de que a força policial não era capaz de preservar a paz e controlar a criminalidade sem a participação do público, e com isso sugerindo o denominado policiamento em grupo, buscando a inserção da polícia na comunidade.

Os vários países no mundo sentiram o aumento da criminalidade e chegou-se à conclusão que o modelo tradicional de policiamento não estava conseguindo reduzir as taxas criminais. Percebeu-se então que as antigas práticas policiais e a política de quanto mais policiais, mais viaturas, mais repressão, não eram mais eficazes para conter as ações criminais e com isso fomentou-se a descrença da comunidade com relação à polícia.

Para Bayley e Skolnick (2006), o modelo profissional policial é um fracasso e aumentar o número de polícias é totalmente ineficaz para reduzir as taxas criminais e aumentar a proporção de resolução de crimes.

Para esses autores o patrulhamento motorizado a ermo não reduz a criminalidade nem tão pouco melhora as chances de se prender os criminosos.

Por outro lado patrulhamento a pé demonstra aumentar a sensação de segurança por parte do cidadão, mesmo que não haja a redução das taxas criminais.

Por fim, as investigações criminais sem a participação da comunidades demonstraram-se pouco eficazes na resolução dos crimes.

Ainda falando sobre as experiências relativas ao Policiamento Comunitário no continente americano, a Polícia Canadense possui bons resultados.

No Canadá, a Polícia Comunitária começou a ser implementada nos anos 90, quando, como em outros países, as instituições policiais estavam em profundo descrédito perante a população.

Assim, as autoridades começaram um processo com o objetivo de reverter esse panorama de insatisfação geral. Destarte, por praticamente 8 anos, foram implantadas medidas tanto no âmbito administrativo como operacional. Sendo que a principal mudança se deu com relação a nova educação dada a todo efetivo policial.

Um dos fatores que contribuiu para que o Policiamento Comunitário surtisse efeito foram as características territoriais. No Canadá, as cidades se dividem em distritos policiais, e estes em pequenas vizinhanças. Esse formato passa a imagem a comunidade que a polícia está sempre próxima.

Naquele país, o policial tem o compromisso de conhecer as pessoas do bairro, bem como os problemas. Há um estreito laço de confiança entre população, empresas e polícia. Assim, com essa interação há doação para a polícia de locais e equipamentos além de aperfeiçoamento dos serviços.

Observou-se também que havia uma relação direta entre os tipos de crimes e determinadas regiões. Quando um tipo de crime começa a ser percebido constantemente, os policiais fazem cursos relativos àquela modalidade criminosa se capacitam e partem para o enfrentamento e a solução dos problemas resultantes daquela ação delituosa, isso tudo é feito com a união da polícia e da população.

Essas ações são bem sucedidas pois contam com um componente muito importante: a parceria com a população. Lá existe o entendimento que o poder vem atrelado à responsabilidade. E esse poder é compartilhado com o cidadão que enxerga os benefícios na segurança com essa participação ativa.

No Canadá, essa participação da comunidade é tão efetiva que há voluntários que exercem atividades diversas nos postos policiais. Exemplo disso são os aposentados que são facilmente encontrados realizando trabalhos gratuitos nas repartições policiais.

Outro meio de participação efetiva da comunidade é o acesso à informação. As pessoas são estimuladas a participar e colaborar com a polícia fornecendo informações que auxiliam no trabalho policial. E essas informações são tratadas de forma sigilosa sempre preservando a identidade dos informantes.

Enfim, chegou-se a um estado de consciência da importância do trabalho policial e da importância da prevenção de crimes. Nesse sentido, a instituição policial ministra cursos a comunidade disseminando o conhecimento e aperfeiçoando as relações com as pessoas.

Já no Brasil nos anos 50 e 60, conforme informa Jorge Silva (1990), tinha-se a ideia que o contato policial com a população era uma fonte perigosa de corrupção. Aos policiais que faziam o patrulhamento a pé nas ruas, orientava-se manter certa distância dos moradores, dos comerciantes e dos pedestres. Esses policiais deveriam inibir o crime por sua mera presença e manter-se alerta para responder a alguma ocorrência.

Desde a sua implantação, a filosofia e a estratégia organizacional da polícia comunitária parte da premissa que população e instituições policiais devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas típicos da sociedade moderna, principalmente quando se trata de questões inerentes a segurança pública.

Segundo informações da UNISUL (2009), em seu curso de Teoria de Polícia Comunitária, no Brasil, o Coronel Carlos Nazareth Cerqueira é tido como um dos idealizadores da Polícia Comunitária e implementador das primeiras experiências desenvolvidas no solo nacional. Existem relatos de experiência desenvolvida nas cidades de Guaçuí e Alegre, no Espírito Santo em 1994, quando o então Tenente Julio Cesar Costa, orientado pelo Coronel Cerqueira, aplicou medidas de preservação da ordem pública que

poderia ser considerada como a primeira experiência brasileira de polícia comunitária, com a denominação de polícia interativa.

Há que citar também uma ação importante relativa à filosofia da polícia comunitária no Brasil que foi a edição de Cadernos de Polícia, um deles sobre Policiamento Comunitário, pela Gráfica da Polícia Militar do Rio de Janeiro em 1993, sob a orientação do Coronel Cerqueira e a tradução, em 1994, do livro de Trojanowicz e Bucqueroux, conforme Mesquita Neto (2004).

Assim, no Brasil, foram surgindo de forma gradativa outros exemplos de iniciativas de instituições policiais com a ideia de fazer o trabalho dos seus membros mais condizente com a realidade e respectivas necessidades da sociedade moderna. Então foram multiplicando os programas e projetos voltados aos princípios e preceitos da filosofia da polícia comunitária. Foi então nesse cenário que se expandiu a filosofia de trabalho do policial comunitário, assim contribuindo decisivamente para a sua evolução profissional.

Já direcionando para as ações de Policiamento Comunitário no Distrito Federal, em 23 de dezembro de 2003 o então Governador na época, Joaquim Roriz, implantou o programa de segurança comunitária por meio do Decreto nº 24.316. A nova filosofia contou com a participação dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal: Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF).

O referido decreto tinha por objetivo regulamentar o Programa de Segurança Comunitária o qual tem como diretriz integrar e engajar, na implantação de uma nova forma de gestão de segurança comunitária, os órgãos do Sistema de Segurança Pública no Distrito Federal, demais órgãos governamentais, representantes da sociedade civil e as autoridades locais dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público.

Assim o Programa de Segurança Comunitária buscou, conforme o decreto, desenvolver uma estratégia de trabalho priorizando as seguintes ações:

I – contribuir para a resolução dos problemas sociais com reflexos na área de segurança pública a curto, médio e longo prazo;

- II – envolver a comunidade na gestão da política de segurança pública e defesa social;
- III – realizar o policiamento e as atividades preventivas de acidentes, desastres e sinistros, de forma descentralizada e personalizada;
- IV – pautar a conduta dos participantes das atividades de segurança comunitária em preceitos éticos, legais, responsáveis e calcados na confiança mútua;
- V – promover o atendimento ao público, especialmente idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais, dentre outros;
- VI – estabelecer parcerias com instituições de ensino superior e organismos de fomento à pesquisa;
- VII – implementar mudanças nos procedimentos operacionais necessárias à adequação da nova filosofia;
- VIII – promover a capacitação e o satisfatório acompanhamento psicossocial dos profissionais de segurança pública envolvidos no programa;
- IX – ampliar o papel social dos órgãos integrantes do sistema;
- X – realizar campanhas educativas com a participação efetiva de todos os organismos envolvidos no processo e, em especial, a mídia e as instituições de ensino;
- XI – fomentar a responsabilidade e a participação dos cidadãos na política de prevenção e contenção da criminalidade.

Com o tempo, as ações de Policiamento Comunitário foram se desenvolvendo e em 2006, ocorreu a implantação dos Postos Comunitários de Segurança – PCS que veio como uma das estratégias a serem adotadas no sentido de proporcionar a melhoria no oferecimento dos serviços de segurança pública e torná-los cada vez mais voltados para a aproximação com o cidadão, priorizando a prevenção do crime a partir da integração com a comunidade.

A ideia do Posto Comunitário de Segurança se atrelou a várias inovações na estrutura de funcionamento e na maneira de agir frente ao problema da criminalidade, buscando assim soluções para os problemas na comunidade.

O PCS veio com a proposta de fornecer a segurança necessária aos cidadãos, preservando a ordem e a paz, garantindo o bem estar coletivo e resguardando os direitos de cidadania e da dignidade humana através da parceria entre polícia e comunidade.

Dessa forma, o PCS veio vinculado à proposta de melhoria da segurança pública e da qualidade de vida da população por meio da identificação e resolução dos problemas detectados.

## 2.5 Diferenças entre Policiamento Tradicional e Policiamento Comunitário

Saber da importância do Policiamento Comunitário esbarra no conhecimento de como é o Policiamento Tradicional.

De forma bem específica, a atuação do Policiamento Tradicional objetiva atendimento a ocorrências ou incidentes específicos, por exemplo, quando há uma situação considerada de emergência, os policiais deslocam-se o mais rápido possível até o local para dar a solução possível ao problema e retornar aos seus postos, ficando à disposição novamente para outros acionamentos.

Há de se reconhecer que essa tipo de ação é pontual e tem como função principal minimizar os estragos causados pelos problemas de segurança, porém não é uma solução eficiente para resolver plenamente os problemas.

Para fugir desse ciclo, estudos, pesquisas e experiências nacionais e estrangeiras demonstram que ações policiais orientadas para a resolução de problemas são bem mais eficazes do que apenas direcionar seus esforços para o atendimento de incidentes.

Porém, é necessário que se desenvolva a capacidade de identificar as origens e buscar soluções eficientes e duradouras para as questões criminais e problemas de segurança recorrentes. É nesse ponto que aparece como alternativa o Policiamento Comunitário.

O Policiamento Comunitário é uma forma diferente do Policiamento Tradicional para agir contra as ações criminais. Percebe-se que com ele há uma busca em aumentar o número de atores envolvidos e as oportunidades para discutirem e identificarem as origens dos problemas.

A partir de então, consegue-se propor estratégias mais eficientes e menos onerosas para a solução desses problemas.

Visto que no Policiamento Tradicional as forças policiais agem de forma pontual, quando já existe o problema, no Policiamento Comunitário ocorre a integração da comunidade que é parceira no desenvolvimento do trabalho de prevenção.

Essa prevenção pode ser feita de duas formas: a prevenção primária, que visa impedir o aparecimento do problema de segurança e a prevenção secundária, que tem por objetivo evitar que um problema que já existe torne-se maior, dissemine-se e fique de difícil resolução.

Assim, antecipar-se aos problemas é muito mais fácil, eficiente e menos oneroso. Com isso ocorre uma economia de recursos, com apresentação de resultados concretos aos envolvidos, além de proporcionar uma sensação maior de segurança.

Enfim, no Policiamento Comunitário as questões relacionadas à segurança são tratadas em conjunto com a população, seja na definição de quais são as prioridades da polícia, como quais devem ser as estratégias de policiamento que devem ser implementadas.

Nesse modo de policiamento, a polícia presta contas de suas ações tanto às autoridades legais, quanto à comunidade que atende.

Abaixo são apresentados, por meio de dois quadros, a comparação entre a polícia tradicional e a polícia comunitárias desenvolvida por Dias Neto (2000).

Quadro 1 – Polícia Tradicional

<i><b>POLÍCIA TRADICIONAL</b></i>
A polícia é uma agência governamental responsável, principalmente, pelo cumprimento da lei
Na relação entre polícia e as demais instituições de serviço público, as prioridades são muitas vezes conflitantes;
O papel da polícia é preocupar-se com a resolução do crime;
As prioridades são por exemplo roubo a banco, homicídios e todos aqueles envolvendo violências;
A polícia se ocupa mais com os incidentes;
O que determina a eficiência da polícia é o tempo de resposta;
O profissionalismo policial se caracteriza pelas respostas rápidas aos crimes sérios;
A função do comando é prover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais;
As informações mais importantes são aquelas relacionadas a certos crimes em particular;
O policial trabalha voltado unicamente para a marginalidade de sua área, que representa, no máximo 2% da população residente ali onde “todos são inimigos, marginais ou paisano folgado, até prova um contrário”;
O policial é do serviço;
Emprego da força como técnica de resolução de problemas;
Presta contas somente ao seu superior;
As patrulhas são distribuídas conforme o pico de ocorrência.

Fonte: DIAS NETO - Comunitário e controle sobre a Polícia: a experiência norte americana, 2000, p.55

Quadro 2 – Polícia Comunitária

<b>POLÍCIA COMUNITÁRIA</b>
A polícia é o público e público é a polícia: os policiais são aqueles membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral às obrigações dos cidadãos;
Na relação com as demais instituições de serviço público, a polícia é apenas uma das instituições governamentais responsáveis pela qualidade de vida da comunidade;
O papel da polícia é dar um enfoque mais amplo visando a resolução de problemas, principalmente por meio da prevenção;
A eficácia da polícia é medida pela ausência de crime e de desordem;
As prioridades são quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade;
A polícia se ocupa mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos;
O que determina a eficácia da polícia é o apoio e a cooperação do público;
O profissionalismo policial se caracteriza pelo estreito relacionamento com a comunidade;
A função do comando é inculcar valores institucionais;
As informações mais importantes são aquelas relacionadas com as atividades delituosas de indivíduos ou grupos;
O policial trabalha voltado para os 98% da população de sua área, que são pessoas de bem e trabalhadoras;
O policial emprega a energia e eficiência, dentro da lei, na solução dos problemas com a marginalidade, que no máximo chega a 2% dos moradores de sua localidade de trabalho;
Os 98% da comunidade devem ser tratados como cidadãos e clientes da organização policial;
O policial presta contas de seu trabalho ao superior e à comunidade;
As patrulhas são distribuídas conforme a necessidade de segurança da comunidade, ou seja 24 horas por dia;
O policial é da área.

Fonte: DIAS NETO - Comunitário e controle sobre a Polícia: a experiência norte americana, 2000, p.55

## 2.6 Atores envolvidos no Policiamento Comunitário.

O Policiamento Comunitário age com uma gama de atores que, interagindo de forma harmônica, busca evitar ao máximo as ações delituosas e a ocorrência de crimes.

Para Trojanowicz e Boucqueroux (1994), existem seis grupos que devem atuar conjuntamente, visando o êxito para as ações do policiamento comunitário. Esses seis grupos, que também podem ser considerados atores, são:

- a) O Departamento de Polícia – trazendo para a realidade Brasileira nada mais é do que as instituições Policiais de cunho estadual – Polícia Militar e Polícia Civil.
- b) A Comunidade – aqui estão relacionados todos aqueles que de alguma forma interagem dentro de uma localidade, por exemplo grupo e amigos do bairro, líderes comunitários, associação de moradores, grupos religiosos e educacionais e qualquer cidadão que faça parte daquela comunidade.



- c) Autoridades Cívicas Eleitas – aqueles que possuem cargos eletivos e podem contribuir de forma significativa com o Policiamento Comunitário. Por exemplo: Prefeito, Vereador, Governador, etc.
- d) Comunidade de Negócios – aqui se refere os comerciantes de todos os tipos que atuam na comunidade e podem contribuir com o Policiamento Comunitário, por exemplo, o grande empresário que possui vários empreendimentos comerciais até o humilde vendedor de sorvete.
- e) Demais Instituições – todas aquelas que agem de modo a melhorar a vida da comunidade e que colaboram com o Policiamento Comunitário. Exemplo são as instituições públicas nas mais diversas áreas como saúde, justiça, educação, etc. Incluem-se também nessa categoria instituições sem fins lucrativos como grupos de voluntários, grupos de caridade, etc.
- f) A Mídia – ator de grande poder, com grande capacidade de influenciar a comunidade. Pode ser tanto na forma escrita, audiovisual ou eletrônica.

## 2.7 Os princípios do Policiamento Comunitário

Quando se refere a princípios estamos sempre partindo de um ponto de origem. O princípio vem do latim *principium* que nada mais é do que o primeiro instante de algo. Vem sempre a reflexão que os princípios são os alicerces que sustentam as verdades imperativas oriundas das artes ou ciências.

Assim, o Policiamento Comunitário tem sua estrutura fundamentada em princípios que Trojanowicz e Boucqueroux (1994) os definem como sendo:

- a) Filosofia e Estratégia Organizacional – Na parte filosófica apoia-se na visão que as pessoas da comunidade devem interagir e influenciar o processo policial participando e apoiando na solução dos diversos problemas que ocorrem na comunidade. Isso se aplica a Estratégia Organizacional que é a operacionalização, o desenvolvimento dessa filosofia de participação e estreitamento dos laços entre polícia e comunidade.

- b) **Comprometimento com a Concessão de Poder à Comunidade** – Essa é uma questão que deve estar bem internalizada pela instituição policial, no qual seus integrantes devem reconhecer a participação da comunidade na forma de conduzir a resolução dos problemas adotando com isso medidas criativas e inovadoras e abandonando antigas ações únicas dos policiais e interagindo com o auxílio das pessoas da comunidade.
- c) **Policiamento Descentralizado e Personalizado** – O policial que atua com Policiamento Comunitário deve ser um profissional que mantém um contato mais estreito com a comunidade, mais direto, pessoal e diário de modo a conhecer as pessoas, as características do local e seus problemas e anseios.
- d) **Resolução Preventiva de Problemas a Curto e Longo Prazo** – O policial inserido e atuante na comunidade ele deve se preocupar com ações preventivas que irão influenciar na segurança da comunidade. Por conhecer de modo mais particular a comunidade, seu trabalho passa a ter um amplitude maior podendo assim agir de modo preventivo, por exemplo, fazendo rondas ostensivas em uma localidade com problemas de iluminação, agindo assim a curto prazo. E entrando em contato com a companhia de iluminação pública para sanar o problema a longo prazo. Assim, o policial comunitário interage com outras instituições e previne a criminalidade.
- e) **Ética, Legalidade, Responsabilidade e Confiança** – esse estreitamento com a comunidade deve ser pautado em atitudes valorosas, superando a apatia que muitas vezes há entre cidadão e polícia. Nesse ponto, há uma entrega a população que participando mais efetivamente das ações de segurança assume a responsabilidade na melhoria da qualidade de vida da comunidade. E dessa forma a comunidade resolve seus problemas, dentro das suas possibilidades e a polícia foca nas ações mais direcionadas a sua atividade fim.
- f) **Extensão do Mandato Policial** - a única instituição de controle social que atua 24 horas por dia todos os dias da semana e do ano é a instituição policial. Com o Policiamento Comunitário, há uma ampliação do papel da polícia na atuação contra a criminalidade, pois em conjunto com a comunidade, sua atuação torna-se mais direcionada aos problemas comunitários e isso cria transformações no âmbito social que tornam a comunidade mais segura.
- g) **Ajuda para as pessoas com necessidades específicas** – há com o Policiamento Comunitário novas formas criadas para proteger e valorizar determinados grupos de pessoas que dentre as categorias são consideradas mais vulneráveis, como por

exemplo: velhos, jovens, deficientes físicos e mentais, sem tetos, etc. Assim, ações conjuntas entre comunidade e polícia ampliam o alcance da prevenção a delitos e a solução conjunta de problemas comunitários.

- h) Criatividade e apoio básico – o Policiamento Comunitário gera um sentimento de parceria que age nas pessoas e a partir da confiança, das experiências e vivências tanto dos membros da comunidade, como dos profissionais de segurança que atuam nela, criam formas inovadoras para a solução de preocupações contemporâneas da comunidade.
- i) Mudança interna – nada pode ser mudado se não há uma mudança interna. Posturas arcaicas, tradicionalistas e engessadas devem dar lugar a filosofia do Policiamento Comunitário. Assim, o rompimento desses padrões deve ser bem trabalhados para que não haja resistência por parte dos profissionais que irão ser os idealizadores dessa mudança de concepção junto à comunidade.
- j) Construção do futuro – o Policiamento Comunitário não é algo passageiro, é uma forma de quebrar paradigmas e mostrar para a comunidade que não há imposição de ordem na comunidade feita de fora para dentro. Essa ordem deve ser construída e fortalecida em parceria, pois a polícia torna-se um recurso primordial para ajudar a comunidade a resolver seus problemas atuais que geram impacto direto na segurança.

## 2.8 A área do Varjão e suas características

Com informações colhidas no site da Administração Regional do Varjão, sabe-se que na década de 1960 começou o povoamento da região que ficou conhecida como Vila Varjão. As primeiras famílias chegaram com objetivo principal de desenvolverem atividades agrícolas.

Já no início dos anos 70, conforme informações de antigos moradores, os habitantes da região que detinham a posse das terras começaram com o processo de divisão dos lotes, mesmo sabendo que a propriedade era do Governo do Distrito Federal (GDF) sob a administração da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP).

A partir de então começou um processo totalmente irregular e desordenado de divisão e redistribuição de lotes a amigos e parentes que teve seu auge entre os anos de 1977 e 1982.

Com o intuito resolver essa situação irregular, o GDF por meio do Decreto nº 13.132, de 19.01.91 iniciou as ações visando solucionar o problema. Por meio desse decreto estabeleceu-se a fixação da população no local e a elaboração de um projeto urbanístico com sua implantação definitiva.

Mas foi só em 1997 que o GDF encomendou um novo projeto urbanístico e um Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI), e neste viu-se a necessidade melhorar e resolver a situação no qual se encontrava a Vila. Assim, deu-se início a regularização definitiva e o atendimento as questões ambientais.

Assim, por meio da Lei nº 3.153/2003, a Vila Varjão tornou-se a Região Administrativa XXIII (RA XXIII). Sua população urbana foi estimada em 2011 em 5.371 habitantes.

Prosseguindo, por meio de diversas informações obtidas pelo sítio do Anuário do Governo do Distrito Federal, o Varjão está inserido entre o Lago Norte e o Setor Habitacional Taquari e era famoso por suas invasões e sua violência. Cenário hoje diferente.

Ações prioritárias em segurança pública e investimentos em melhorias urbanas, aliado a um forte trabalho de conscientização social, ambiental e sustentável, mudaram a vida no Varjão. Mesmo com uma população pequena, a cidade tornou-se referência na proteção ambiental, e graças à participação da comunidade vem conseguindo superar suas dificuldades históricas.

Fotografia 1 – Imagem aérea do Varjão



Fonte: Site Anuário do Distrito Federal.

Uma ação voltada para a questão ambiental é a central de reciclagem do Varjão. Essa central coleta e recicla por volta de cinco toneladas de lixo diariamente, oriundo da cidade e do Lago Norte.

Outra ação importante que auxilia o meio ambiente é o projeto Biguá. Ele é responsável pela reciclagem de óleo de cozinha e coleta para biocombustível.

Fotografia 2 – Entrada do Varjão

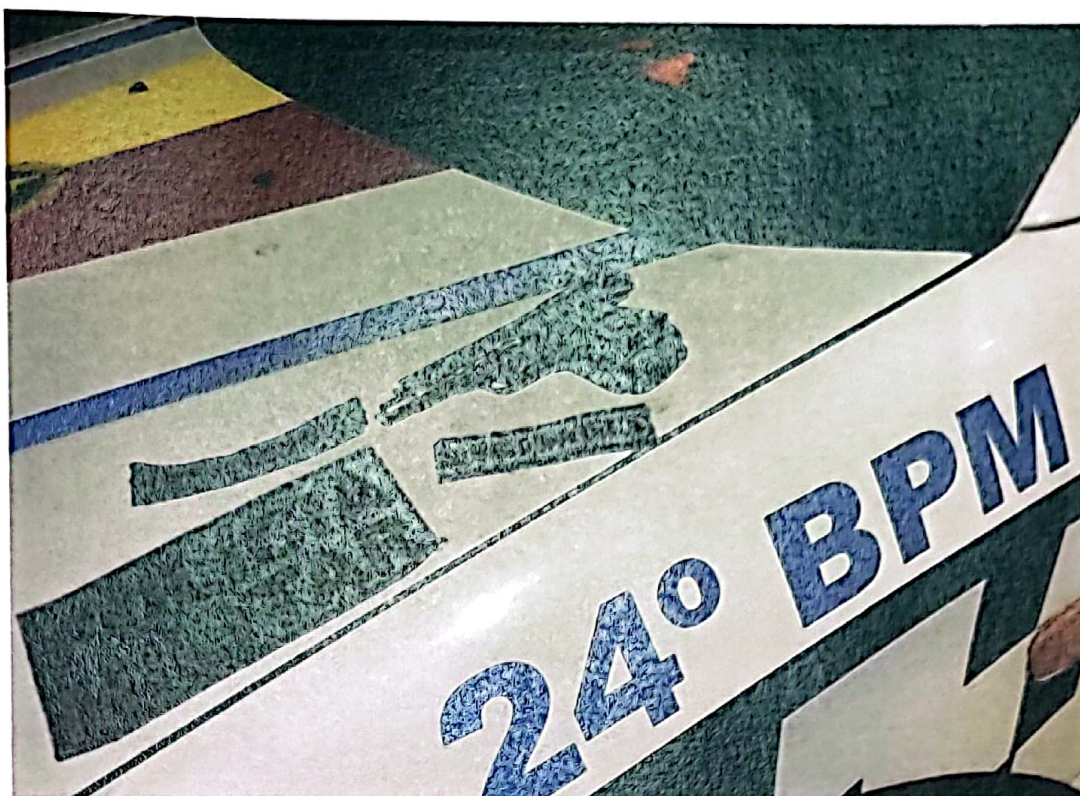


Fonte: Site G1.Globo

Um fator importante do Varjão é sua localização privilegiada (no extremo Sudoeste do Setor Habitacional Taquari, próxima ao Setor de Mansões do Lago Norte e ao lado da cidade do Lago Norte). Devido ao sua proximidade a áreas nobres de Brasília e a melhoria dos índices sociais, principalmente os relacionados à segurança, fizeram com que os imóveis ganhassem valor, além de aumentar a procura por imóveis para alugar.

No campo econômico, a principal atividade é o comércio. A cidade também é exportadora de mão de obra no setor de serviços. Já quando se refere à questão cultural, tem-se o projeto Elos no Canteiro Mais Cultura como principal ação social voltada à implantação de espaços culturais e bibliotecas.

Fotografia 3 – Ação repressiva do Polícia Militar do Distrito Federal



Fonte: Site G1.Globo

Prosseguindo, o Varjão possui várias estruturas que buscam o bem estar da sua comunidade, por exemplo, um centro de saúde, uma escola pública de ensino fundamental, uma biblioteca no centro de convivência do idoso, um ponto de encontro comunitário, uma grande praça ao lado do posto policial, um parque ecológico, uma creche comunitária, quadra de esporte na entrada do Varjão e outra na parte norte, diversas praças menores bem como aparelhos voltados a saúde dos idosos e um posto policial com atendimento 24 horas por dia.

Além disso, algumas manifestações culturais são tradicionais na cidade, como por exemplo a famosa festa do imigrante que é realizada pela Igreja Católica. Outra festa de destaque é a festa junina realizada no mês de junho e que atrai grande quantidade de moradores e de habitantes de outras cidades. Também no Varjão desponta para o cenário musical com cantores locais e algumas peças de teatro.

Fotografia 4 – Patrulhamento ostensivo motorizado na avenida central do Varjão



Fonte: Site Alo

## 2.9 Metodologia

A presente pesquisa, quanto aos objetivos tem caráter exploratório, conforme Gil (2008), pois visa proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Já quanto ao objeto é definida como bibliográfica, pois, segundo Gil (2008) utiliza-se de material já elaborado, compreendendo livros e artigos científicos.

Boa parte dos estudos exploratórios é definida como pesquisas bibliográficas, bem como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

A pesquisa também é de estudo de campo, pois procura aprofundar as questões propostas, isso implica em planejamento de maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.

Além disso, estuda-se um grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo utiliza muito mais técnicas de observação do que de interrogação.

E por fim, como instrumento, utiliza-se o questionário, pois pretende-se transformar os objetivos da pesquisa em questões específicas. Por definição, formulada por Gil (2008), o questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões a qual são entregues a pessoas com o objetivo de levantar informações a respeito de conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, comportamentos, etc.

## 2.10 População e Amostra

Em uma pesquisa, conforme entendimento de Oliveira (2007), entende-se por população ou universo a totalidade de pessoas que habitam uma determinada área geográfica, ou o conjunto de elementos que compõem o objeto de estudo.

Visto que nem sempre é possível fazer a pesquisa no conjunto total desses elementos há então a necessidade de delimitar a pesquisa. Assim, define-se, a partir do universo, o tamanho de sua amostra, que a representação do universo ou população da pesquisa.

A população da pesquisa constitui-se dos policiais que servem no 24º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal (24º BPM), dos moradores e comerciantes da área do Varjão. O 24º BPM possui um efetivo de 190 policiais. Destes, 60% atuam na área operacional, no caso 114 policiais que desempenham funções relacionadas ao Policiamento Comunitário. Já quanto aos moradores do Varjão, conforme dados de sua administração regional, sua população em 2011 era de 5.371 habitantes. Como forma de delimitar a pesquisa, esta foi feita na rua 10 do Varjão. Com relação aos comerciantes, a pesquisa foi realizada na rua principal do Varjão local este que concentra o comércio da cidade.

Assim, visando considerar a amostra representativa para a pesquisa, esta foi constituída de 50 Policiais Militares, 50 moradores e 50 comerciantes do Varjão. Dos questionários aplicados, obteve-se 30 questionários respondidos pelo efetivo policial, 35 questionários respondidos pelos moradores e 35 questionários respondidos pelos comerciantes.



## 2.11 Análise de Dados

São apresentados agora os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada, no qual utilizou como instrumento de coleta de dados questionários aplicados aos Policiais Militares do 24º BPM, aos Comerciantes e aos Moradores da área do Varjão.

Cada questionário possui 10 (dez) questões fechadas e foram aplicados no período de setembro a novembro de 2015. São apresentadas as duas formas gráficas (tabela e gráfico) para melhor explicar e fortalecer o resultado da pesquisa.

### 1ª parte: Questionário aplicado aos Policiais Militares do 24º BPM

Começou-se com o levantamento de quanto tempo de serviço os policiais entrevistados possuem na PMDF.

A partir dos questionários, observou-se que apenas 43% dos policiais estão a pouco tempo nas fileiras da corporação, no caso a menos de 5 anos. São policiais que passaram a pouco tempo por um curso de formação e têm um conhecimento teórico atualizado com relação aos temas afetos a segurança pública e atividade policial.

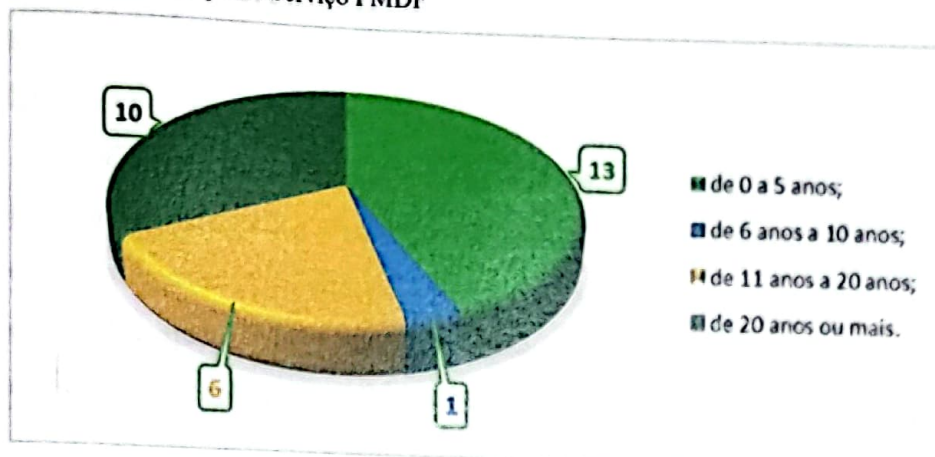
Os demais 56% dos policiais entrevistados possuem mais de 6 anos na PMDF, são policiais que já possuem uma experiência operacional maior por já atuar a mais tempo no serviço de rua.

Tabela 1.1 – Tempo de Serviço PMDF

Tempo de Serviço PMDF	Quantidade	Frequência
de 0 a 5 anos;	13	43%
de 6 anos a 10 anos;	1	3%
de 11 anos a 20 anos;	6	20%
de 20 anos ou mais.	10	33%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.1 – Tempo de Serviço PMDF



Fonte: Tabela 1.1

Ainda com relação ao tempo de serviço do policial militar, mas agora associado ao tempo que atua no 24º BPM, observou-se que 70% dos policiais entrevistados possuem menos de 5 anos de atuação na área do 24º BPM. Os outros 30% atuam há mais de 6 anos.

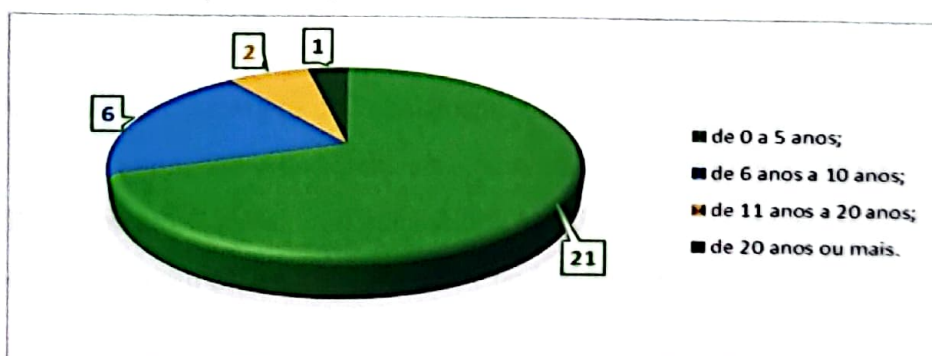
Esse dado mostra que o policiamento não está há tanto tempo no mesmo Batalhão e isso pode levar à ideia de uma permanência mais rotativa nesse batalhão.

Tabela 1.2 – Tempo se Serviço no 24º BPM

Tempo de Serviço 24º BPM	Quantidade	Frequência
de 0 a 5 anos;	21	70%
de 6 anos a 10 anos;	6	20%
de 11 anos a 20 anos;	2	7%
de 20 anos ou mais.	1	3%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.2 – Tempo de Serviço no 24º BPM



Fonte: Tabela 1.2

Além do tempo de serviço, tanto na PMDF quanto na área do 24º BPM, questionou-se se o policial militar atuava sempre na área do Varjão, que é uma das áreas policiadas pelo 24º BPM.

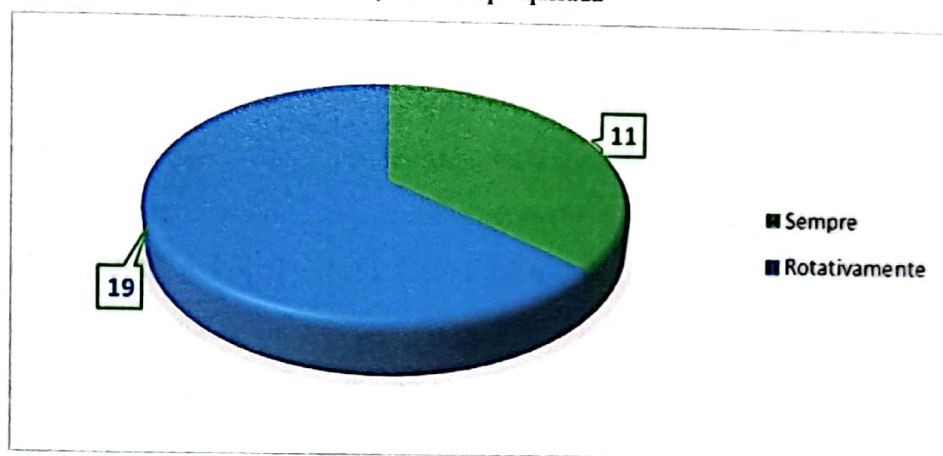
Constatou-se que 63% dos policiais atuam de modo rotativo, ou seja, fazem o policiamento em toda a área do 24 BPM não sendo empregado fixamente na área do Varjão, o que ocorre com 37% dos policiais entrevistados que sempre atuam no Varjão. Isso pode demonstrar que o policiamento não tem uma rotina que possa facilitar que os moradores e comerciantes conheçam melhor os policiais que atuam na área do Varjão.

Tabela 1.3 – Frequência de Serviço na área pesquisada

Frequência de trabalho no Varjão	Quantidade	Frequência
Sempre	11	37%
Rotativamente	19	63%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.3 – Frequência de Serviço na área pesquisada



Fonte: Tabela 1.3

Essa pergunta está direcionada à capacitação dos policiais entrevistados quanto aos conhecimentos teóricos de Policiamento Comunitário.

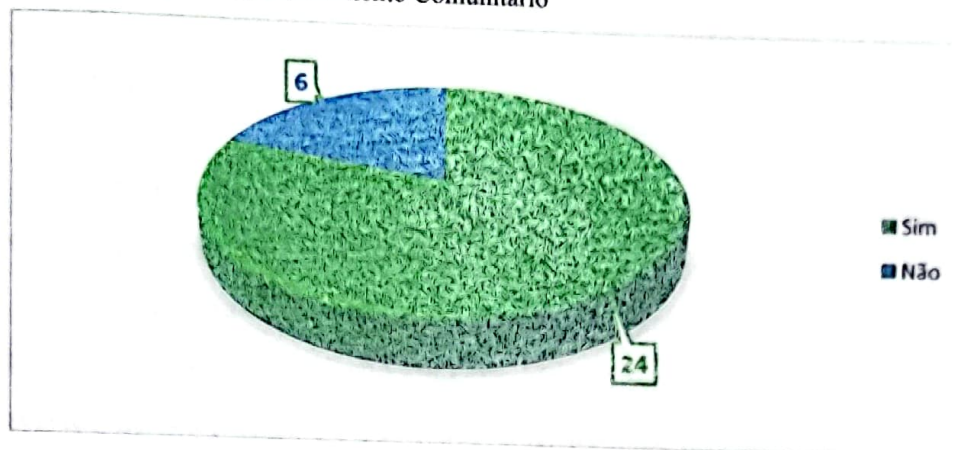
Assim, 80% dos policiais entrevistados afirmaram já terem feito algum curso de Policiamento Comunitário, enquanto 20% afirmaram não terem feito. Dado que reforça que os policiais são capacitados para atuar no Policiamento Comunitário.

Tabela 1.4 – Curso de Policiamento Comunitário

Curso de Policiamento Comunitário	Quantidade	Frequência
Sim	24	80%
Não	6	20%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.4 – Curso de Policiamento Comunitário



Fonte: Tabela 1.4

Agora partindo para a parte prática, perguntou-se aos policiais entrevistados se em seu serviço eles aplicavam diretamente o Policiamento Comunitário.

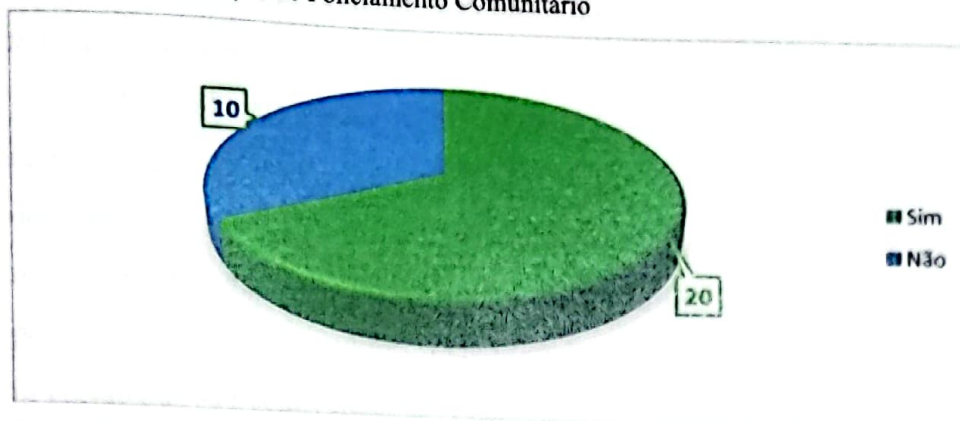
Obteve-se com esse questionamento um total de 67% de profissionais que aplicam diretamente o Policiamento Comunitário em contrapondo 33% que não aplicam. Assim, pouco mais da metade dos policiais entrevistados aplicam o Policiamento Comunitário em algum momento do seu trabalho como Policial Militar.

Tabela 1.5 – Aplicação do Policiamento Comunitário

Aplicação do Policiamento Comunitário	Quantidade	Frequência
Sim	20	67%
Não	10	33%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.5 – Aplicação do Policiamento Comunitário



Fonte: Tabela 1.5

Agora com o foco na área do Varjão, questionou-se se a aplicação do Policiamento Comunitário era feita mais especificadamente nessa área.

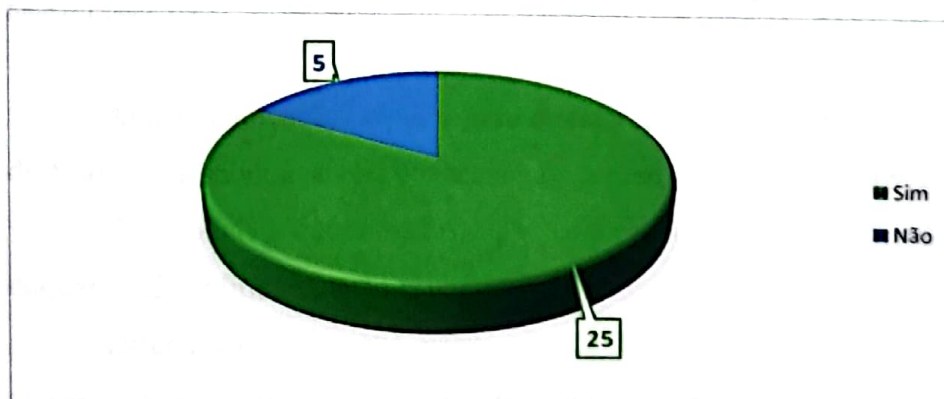
Constatou-se que 83% dos policiais entrevistados aplicam o Policiamento Comunitário no Varjão enquanto 17% não aplicam. Mesmo havendo uma rotatividade alta com relação ao serviço no Varjão, os policiais que responderam o questionário afirmaram em sua grande maioria que aplicam o Policiamento Comunitário quando estão de serviço no Varjão.

Tabela 1.6 – Aplicação do Policiamento Comunitário na área de atuação

Aplicação do Policiamento Comunitário na área de Atuação	Quantidade	Frequência
Sim	25	83%
Não	5	17%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.6 – Aplicação do Policiamento Comunitário na área de atuação



Fonte: Tabela 1.6

Dentre as informações colhidas, questionou-se se os policiais se conheciam os moradores do Varjão pelo nome.

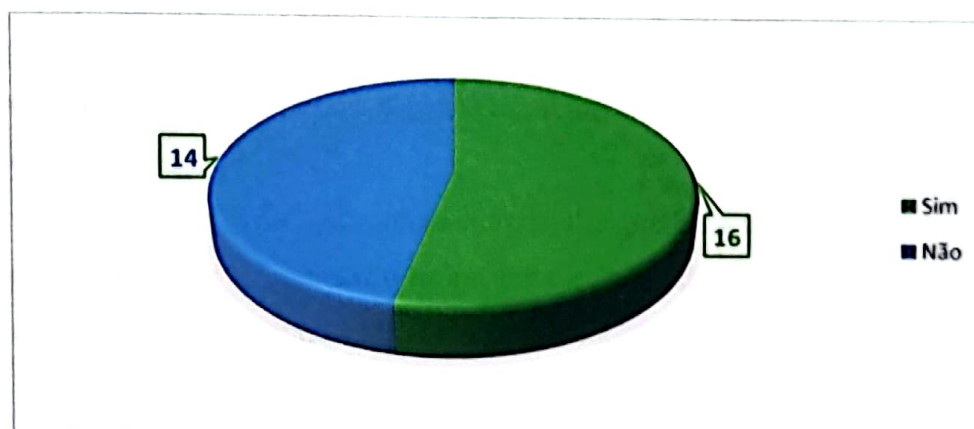
Dos policiais entrevistados, 53% afirmou conhecer os moradores do Varjão pelo nome, enquanto 47% não conhecem. Essa informação pode mostrar um certo distanciamento dos policiais em relação aos moradores, pois praticamente metade dos policiais que responderam o questionário não sabem o nome dos moradores. Assim a interação entre o policiamento e os moradores fica prejudicada, pois informações básicas que facilitam a interação não são conhecidas.

Tabela 1.7 – Conhecimento da comunidade

Conhecimento da comunidade	Quantidade	Frequência
Sim	16	53%
Não	14	47%
<i>Total</i>	<i>30</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.7 – Conhecimento da comunidade



Fonte: Tabela 1.7

Ainda na intenção de ver o grau de interação dos policiais com a comunidade da área do Varjão, questionou-se eles conheciam os comerciantes daquela área pelo nome.

Dos policiais questionados, 73% conhecem os comerciantes do Varjão pelo nome, enquanto 23% afirmaram não conhecer.

Diferentemente do que ocorre com os moradores, a interação com os comerciantes é maior conforme demonstra as respostas obtidas com essa questão.

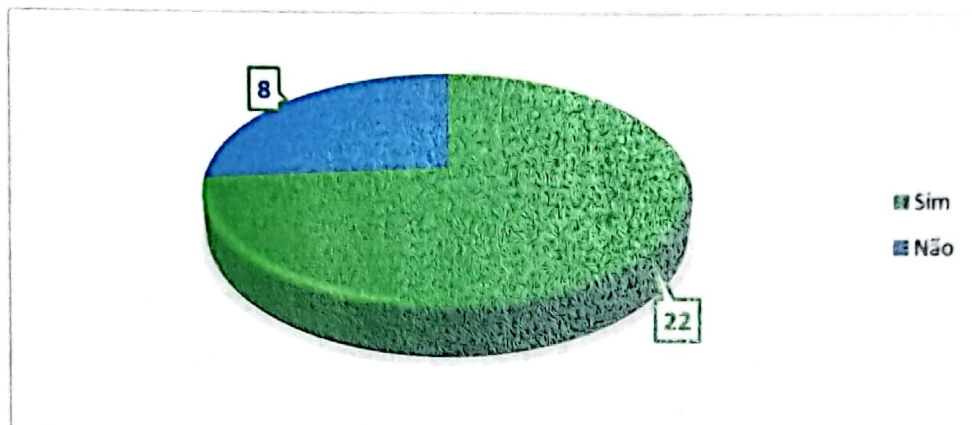
Essa informação pode gerar a ideia que o Policiamento Comunitário feito junto aos comerciantes da área do Varjão está sendo realizado de forma satisfatória.

Tabela 1.8 – Conhecimento dos comerciantes

Conhecimento dos comerciantes	Quantidade	Frequência
Sim	22	73%
Não	8	27%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.8 – Conhecimento dos comerciantes



Fonte: Tabela 1.8

A próxima pergunta teve o intuito de saber do policial entrevistado sua opinião a respeito da efetividade do Policiamento Comunitário na prevenção e redução da criminalidade.

A partir desse questionamento, soube que 87% dos policiais entrevistados consideram o Policiamento Comunitário como uma ação realmente efetiva a redução e prevenção de crimes, em contraponto 13% não acham uma ação relevante nesse sentido.

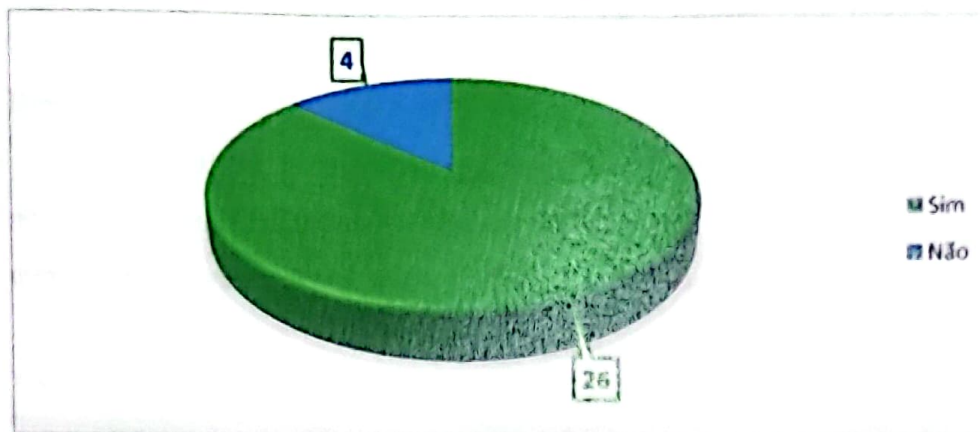
Esses resultados demonstram que o Policial Militar que respondeu o questionário não é resistente à filosofia de Polícia Comunitária. Esse já é um fator que facilita muito o trabalho de interação com a comunidade, pois se há resistência por parte do policiamento, o trabalho não pode ser feito de maneira eficiente.

Tabela 1.9 – Efetividade do Policiamento Comunitário

Policiamento Comunitário é uma ação efetiva na prevenção e redução da criminalidade	Quantidade	Frequência
Sim	26	87%
Não	4	13%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.9 – Efetividade do Policiamento Comunitário



Fonte: Tabela 1.9

E por fim, perguntou-se aos policiais entrevistados se eles tinham a percepção da importância desse policiamento por parte dos moradores e dos comerciantes do Varjão.

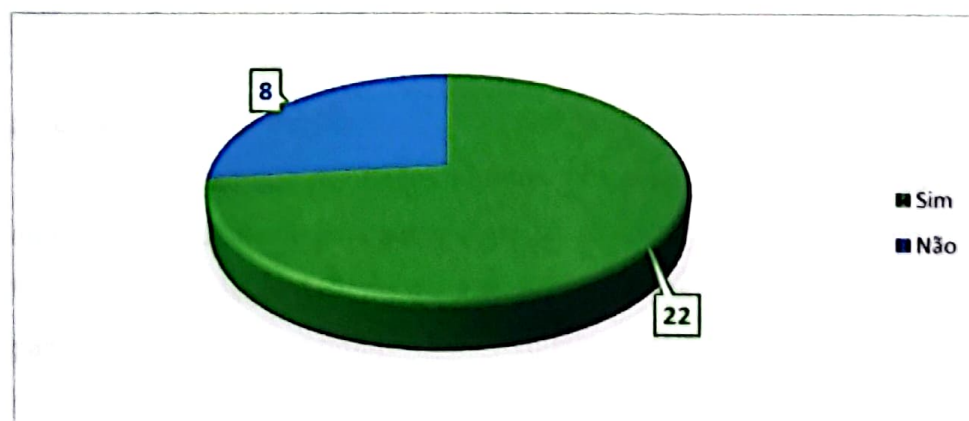
Assim, 73% dos policiais tinham essa percepção, enquanto 27% não tinham essa visão da importância do Policiamento Comunitário.

Tabela 1.10 – Percepção da importância do Policiamento Comunitário

Percepção da importância do Policiamento Comunitário	Quantidade	Frequência
Sim	22	73%
Não	8	27%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo realizada no 24º BPM, 2015.

Gráfico 1.10 – Percepção da importância do Policiamento Comunitário



Fonte: Tabela 1.10



## 2ª parte: Questionário aplicado aos moradores da área do Varjão

A primeira pergunta aos moradores do Varjão foi relacionada ao tempo de moradia em Brasília.

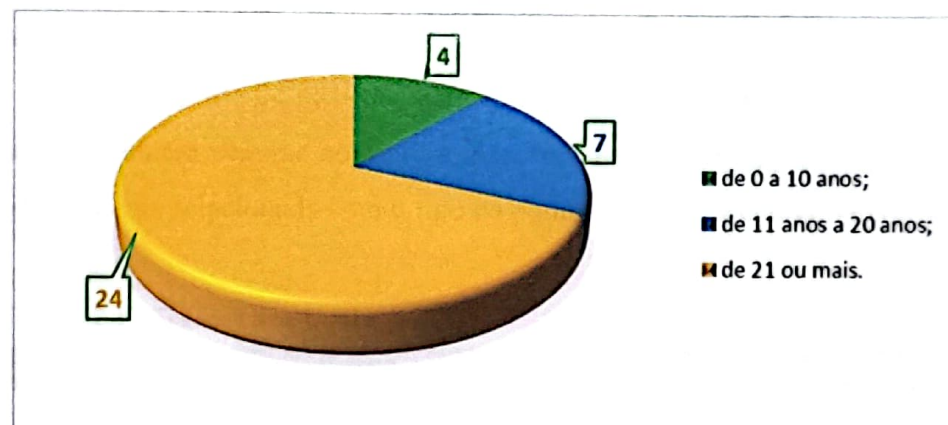
Os resultados mostraram que 69% dos entrevistados estão em Brasília há mais de 21 anos. Esse dado demonstra que os moradores já possuem uma vivência em Brasília, conhecendo suas características, suas qualidades e seus problemas.

Tabela 2.1 – Tempo de residência em Brasília

Tempo de residência em Brasília	Quantidade	Frequência
de 0 a 10 anos;	4	11%
de 11 anos a 20 anos;	7	20%
de 21 ou mais.	24	69%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.1 – tempo de residência em Brasília



Fonte: Tabela 2.1

A próxima pergunta foi relativa também a tempo de residência, porém agora na área pesquisada que é o Varjão.

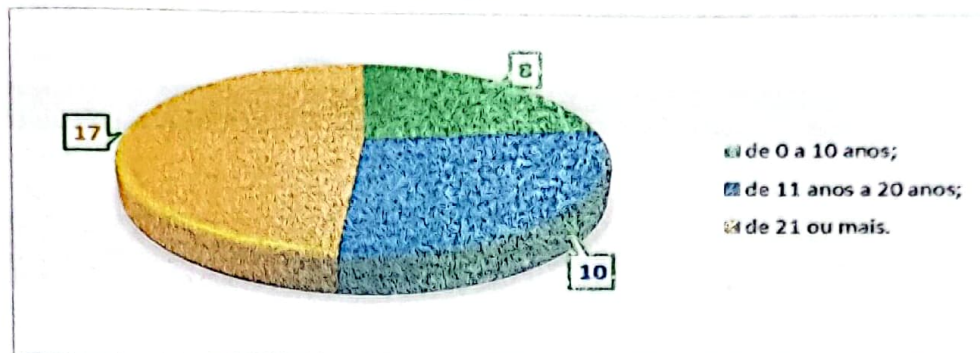
Com base nos resultados obtidos, notou-se que 49% mora no Varjão há mais de 21 anos, tempo suficiente para saber de todas as situações cotidianos da comunidade. Outros 29% moram há mais de 11 anos e a menos de 20 anos no Varjão, o que também dá propriedade para conhecimento dos problemas enfrentados pela comunidade.

Tabela 2.2 – Tempo de residência no Varjão

Tempo de residência no Varjão	Quantidade	Frequência
de 0 a 10 anos;	8	23%
de 11 anos a 20 anos;	10	29%
de 21 ou mais.	17	49%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.2 – Tempo de residência no Varjão



Fonte: Tabela 2.2

Continuando com os questionamentos, foi perguntado aos entrevistados se consideram o Varjão um lugar seguro.

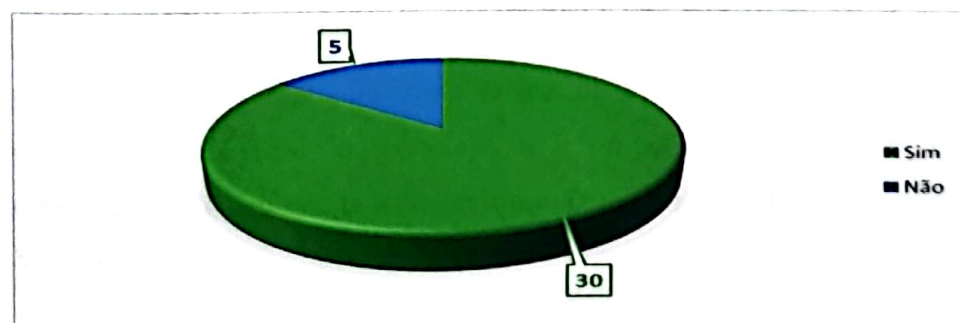
A resposta de 86% dos entrevistado foi que o Varjão é um lugar seguro e apenas 14% não se sentem seguras no Varjão. Esse dado é relevante, pois a sensação de segurança está diretamente relacionada com o tipo de policiamento que é desenvolvido na área.

Tabela 2.3 – Segurança no Varjão

Segurança no Varjão	Quantidade	Frequência
Sim	30	86%
Não	5	14%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.3 – Segurança no Varjão



Fonte: Tabela 2.3

Relacionado as questões de segurança, foi perguntado aos entrevistados se eles já foram vítimas de algum crime na área pesquisada.

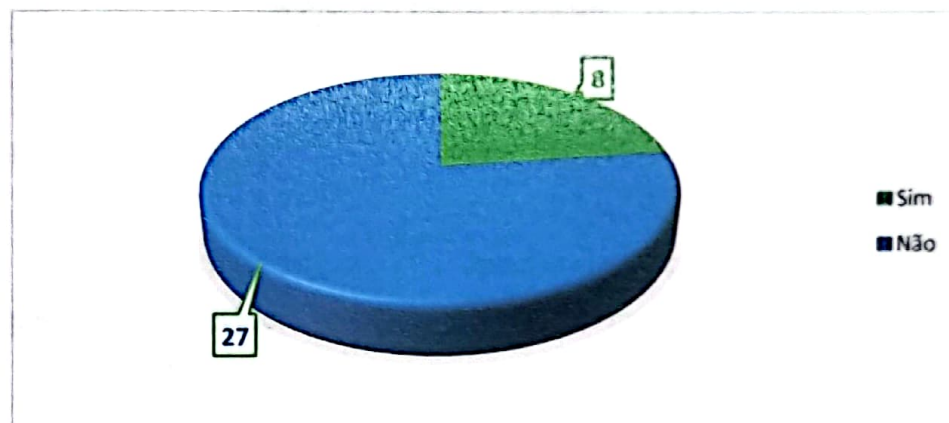
Apresenta-se como resultado majoritário, no caso, 77% dos entrevistados como não sendo vítimas de crime na área do Varjão. Em valores menores, 23% já foram vítimas da criminalidade na área pesquisada. Essa informação pode indicar um dos motivos dos moradores se sentirem seguros.

Tabela 2.4 – Vítima de crime

Você foi vítima de crime no Varjão	Quantidade	Frequência
Sim	8	23%
Não	27	77%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.4 – Vítima de crime



Fonte: Tabela 2.4

Associada à questão da criminalidade no Varjão, a próxima pergunta foi relacionada ao conhecimento de algum morador que já tenha sido vítima de algum crime na área pesquisada.

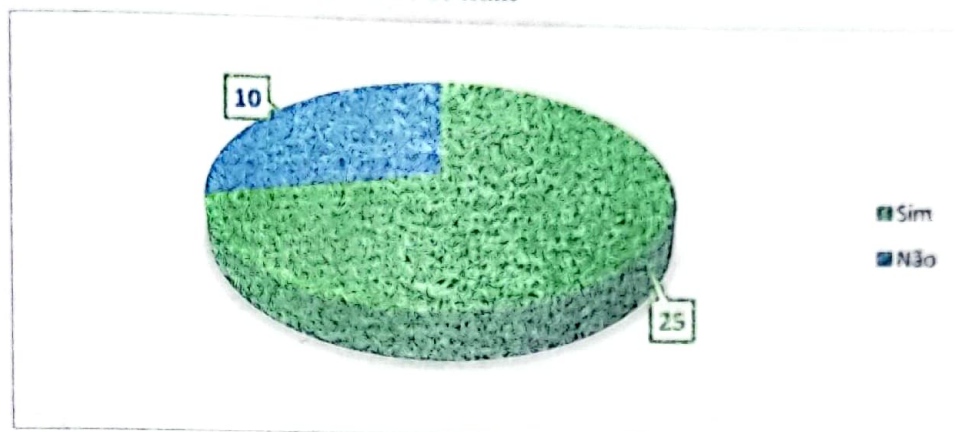
Diferente dos dados anteriores, 71% das pessoas entrevistadas relatam conhecer alguém que já foi vítima de crime na área do Varjão, sendo de 25% afirmaram que não tem conhecimento. Esse dado, associado às informações da tabela 2.3, demonstra que mesmo conhecendo alguém que já tenha sofrido alguma violência a sensação de segurança é boa no Varjão.

Tabela 2.5 – Conhecimento de vítima de crime

Conhecimento de vítima de crime no Varjão	Quantidade	Frequência
Sim	25	71%
Não	10	29%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.5 – Conhecimento de vítima de crime



Fonte: Tabela 2.5

A próxima pergunta foi direcionada à percepção da presença policial na área pesquisada, mais precisamente com relação às rondas motorizadas próximas a residência.

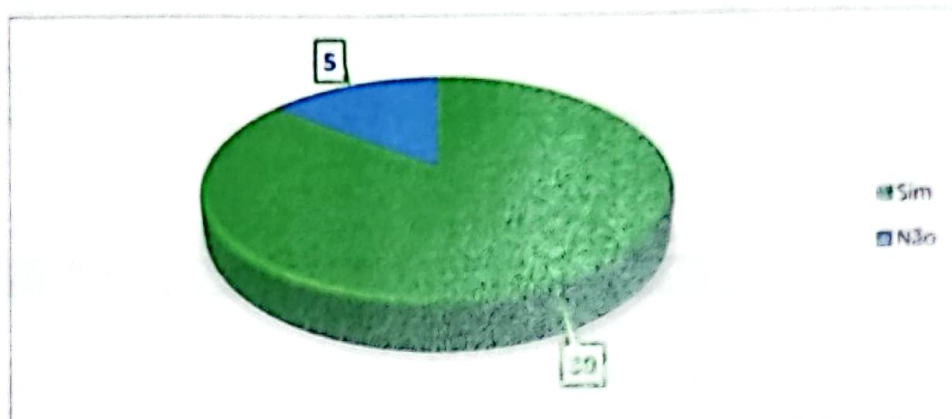
Os dados obtidos foram que a grande maioria dos entrevistados, no caso 86%, visualizam as viaturas policiais militares executando o policiamento ostensivo próximo a suas residências. E apenas 10% não visualiza esse tipo de policiamento. Assim percebe-se que há um policiamento constante e visível próximo as residências.

Tabela 2.6 – Policiamento motorizado

Há rondas motorizadas próximo a residência	Quantidade	Frequência
Sim	30	86%
Não	5	14%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.6 – Policiamento motorizado



Fonte: Tabela 2.6

Ainda relativo à percepção da presença policial na área pesquisada, a próxima pergunta tem como foco as rondas feitas a pé próximo as residências.

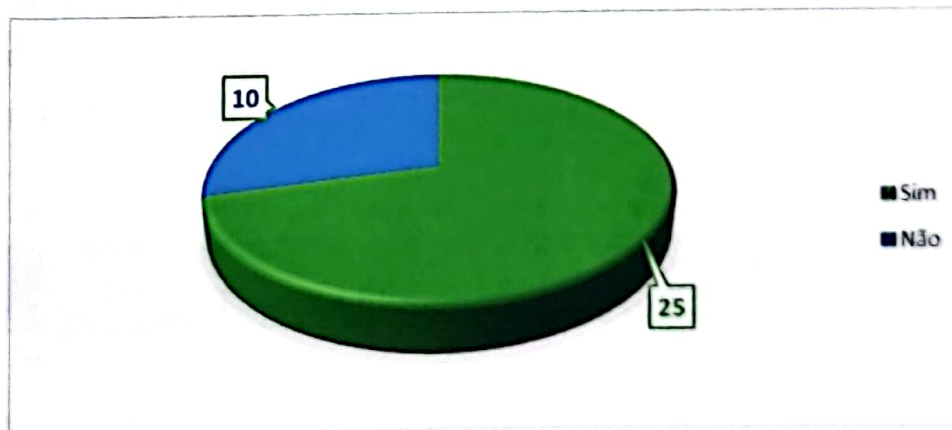
Ainda com um percentual elevado, no caso 71%, mas inferior às rondas motorizadas, os pesquisados conseguem vislumbrar o policiamento a pé próximo às residências em oposição aos 29% que não enxergam esse tipo de policiamento.

Tabela 2.7 – Policiamento a pé

Há rondas a pé próximo a residência	Quantidade	Frequência
Sim	25	71%
Não	10	29%
<i>Total</i>	35	100%

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.7 – Policiamento a pé



Fonte: Tabela 2.7

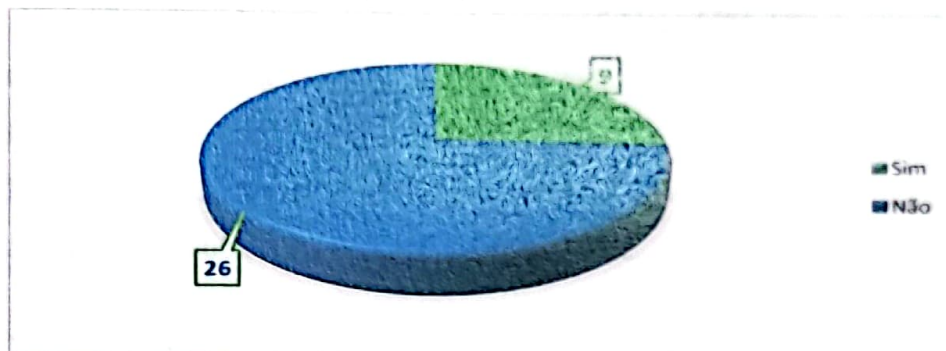
Agora as perguntas foram direcionadas ao conhecimento dos pesquisados sobre o Policiamento Comunitário. Assim, foi perguntado se os entrevistados conheciam, pelo nome, os policiais militares que atuam na área. Observou-se que 74% dos entrevistados não conhece os policiais pelo nome, o que pode caracterizar um certo distanciamento dos moradores com a instituição policial e que 26% conhecem os policiais pelo nome.

Tabela 2.8 – Conhecimento dos policiais pela comunidade

Conhecimento dos policiais	Quantidade	Frequência
Sim	9	26%
Não	26	74%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.8 – Conhecimento dos policiais pela comunidade



Fonte: Tabela 2.8

A próxima pergunta foi bem direta a respeito do Policiamento Comunitário. Foi questionado aos entrevistados se eles sabiam o que era Policiamento Comunitário.

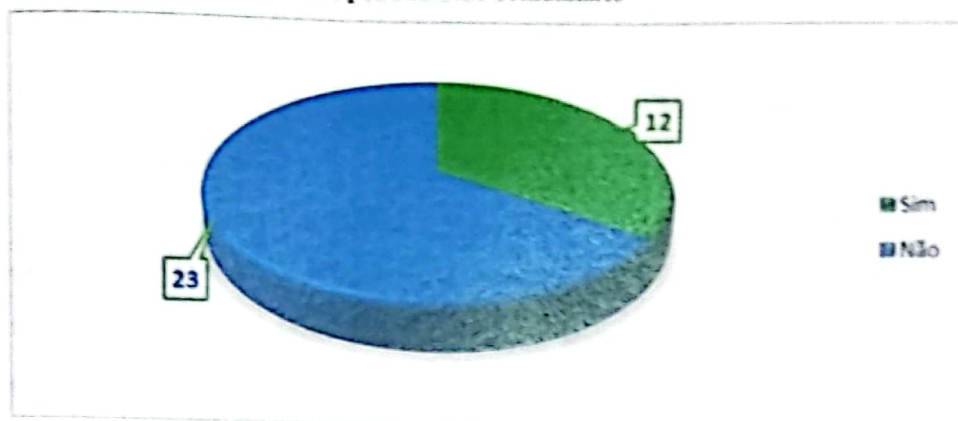
Assim, 66% dos pesquisados não sabem o que é Policiamento Comunitário, enquanto 34% diz saber o que é o Policiamento Comunitário. Essa é mais uma informação que pode demonstrar que não está havendo um relacionamento tão próximo da comunidade com a polícia militar.

Tabela 2.9 – Conhecimento de policiamento comunitário

Conhecimento de Policiamento Comunitário	Quantidade	Frequência
Sim	12	34%
Não	23	66%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.9 – Conhecimento de policiamento comunitário



Fonte: Tabela 2.9

Por fim, foi perguntado ao entrevistado se ele se sentia seguro com o tipo de policiamento que era feito na área pesquisada.

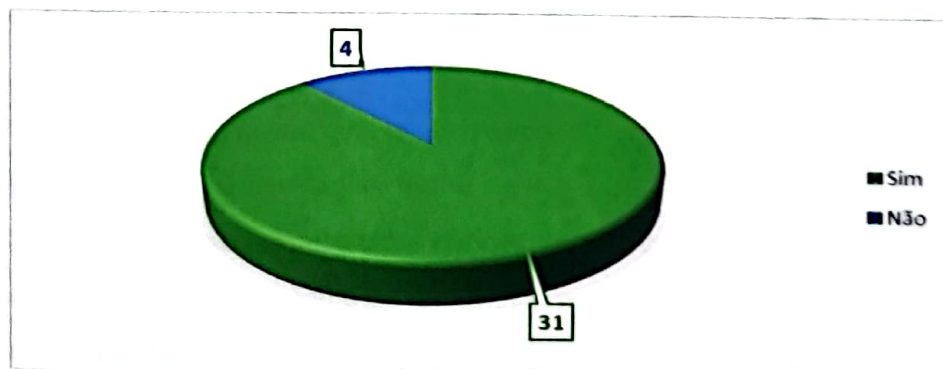
O que se observou com essa pergunta foi que 89% dos pesquisados se sentem seguros com o tipo de policiamento que é executado no Varjão, contra 11% que não se sentem seguros. Assim, mesmo com uma certa deficiência na visão do morador, quanto utilização do Policiamento Comunitário, os moradores percebem que o policiamento que é realizado na área do Varjão traz segurança para a comunidade.

Tabela 2.10 – Segurança quanto ao tipo de policiamento executado

Há sensação de segurança com o tipo de policiamento realizado	Quantidade	Frequência
Sim	31	89%
Não	4	11%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 2.10 – Segurança quanto ao tipo de policiamento executado



Fonte: Tabela 2.10

3ª parte: Questionário aplicado aos comerciantes da área do Varjão.

A primeira pergunta aos comerciantes do Varjão relaciona-se ao tempo que exerce o ofício no comércio.

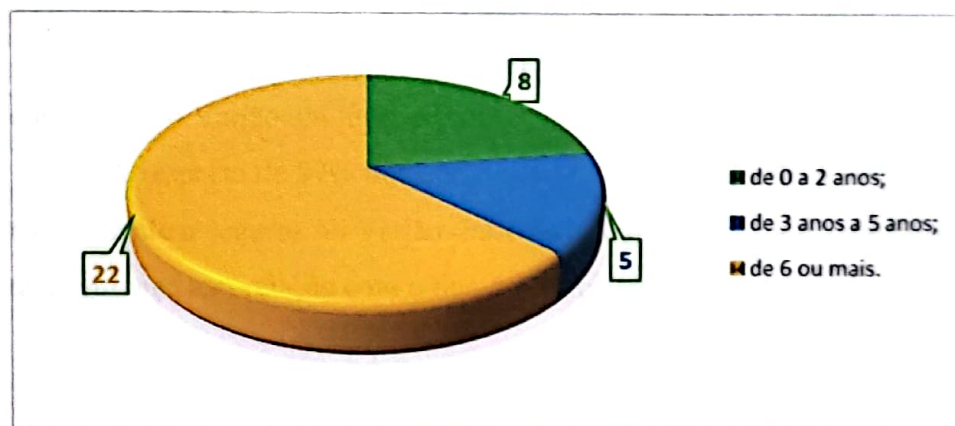
Os resultados mostraram que 63% dos entrevistados trabalham com comércio há mais de 6 anos, 14% há mais de 3 anos e menos de 5 anos e apenas 23% com menos de 2 anos nesse ofício. Esse dado demonstra que são profissionais que conhecem os problemas e dificuldades em trabalhar no comércio conhecendo suas características, suas qualidades e seus problemas.

Tabela 3.1 – Tempo de comércio

Tempo de serviço com comércio	Quantidade	Frequência
de 0 a 2 anos;	8	23%
de 3 anos a 5 anos;	5	14%
de 6 ou mais.	22	63%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.1 – Tempo de comércio



Fonte: Tabela 3.1

Foi perguntado quanto ao tempo de serviço no comércio, porém agora na área pesquisada, no caso o Varjão.

Com base nos resultados obtidos, notou-se que 66% trabalham há mais de 3 anos no comércio do Varjão, tempo suficiente para conhecer as situações cotidianas do comércio, bem como as relacionadas com a segurança.

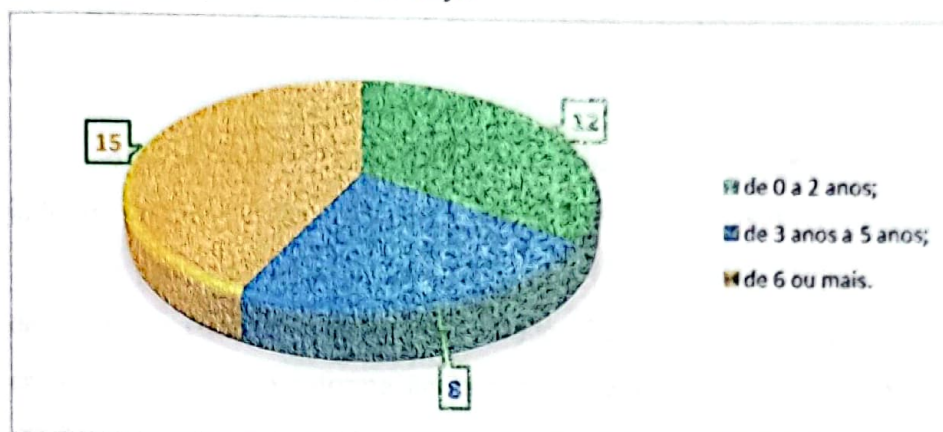


Tabela 3.2 – Tempo de comércio no Varjão

Tempo de serviço com comércio no Varjão	Quantidade	Frequência
de 0 a 2 anos;	12	34%
de 3 anos a 5 anos;	8	23%
de 6 ou mais.	15	43%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.2 – Tempo de comércio no Varjão



Fonte: Tabela 3.2

Com o foco na questão da segurança, foi perguntado aos comerciantes entrevistados se consideram o Varjão um lugar seguro.

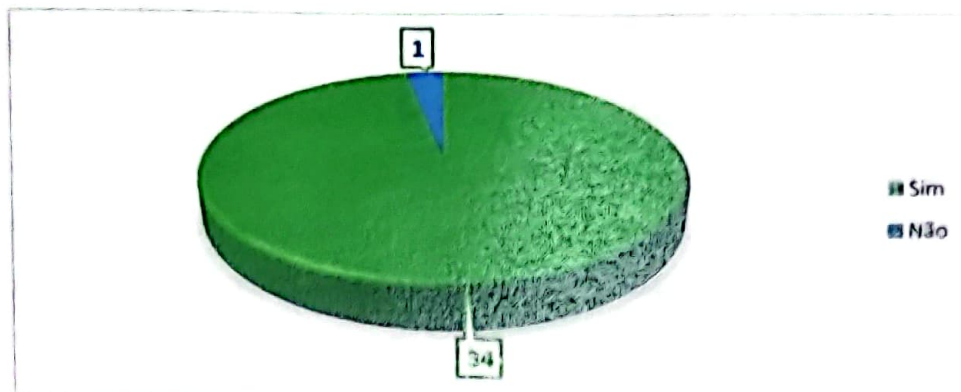
A resposta de 97% dos entrevistado foi que o Varjão é um lugar seguro e apenas 3% não se sentem seguros no Varjão. Esse dado é relevante, pois de modo geral esse sentimento de segurança tem relação com o tipo de policiamento que é desenvolvido na área.

Tabela 3.3 – Segurança no Varjão

Segurança no Varjão	Quantidade	Frequência
Sim	34	97%
Não	1	3%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.3 – Segurança no Varjão



Fonte: Tabela 3.3

Ainda com relação às questões de segurança, foi perguntado aos comerciantes se eles já foram vítimas de algum crime no exercício da sua atividade comercial.

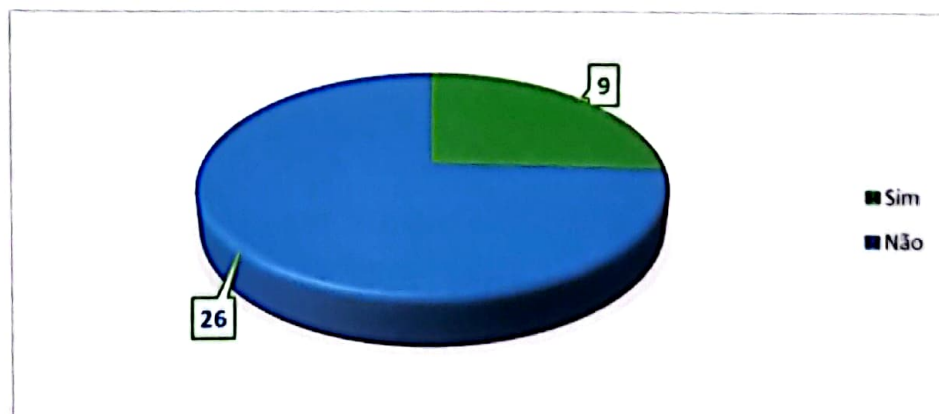
A grande maioria dos comerciantes, 74% dos entrevistados, relatou não ter sido vítima de crime no comércio na área do Varjão. Em valores menores, 26% já foram vítimas da criminalidade. Outra informação importante que reforça a efetividade do policiamento na região.

Tabela 3.4 – Vítima de crime em serviço

Você foi vítima de crime em serviço	Quantidade	Frequência
Sim	9	26%
Não	26	74%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.4 – Vítima de crime em serviço



Fonte: Tabela 3.4

A próxima pergunta foi relacionada ao conhecimento de algum comerciante que já tenha sido vítima de algum crime trabalhando no comércio do Varjão.

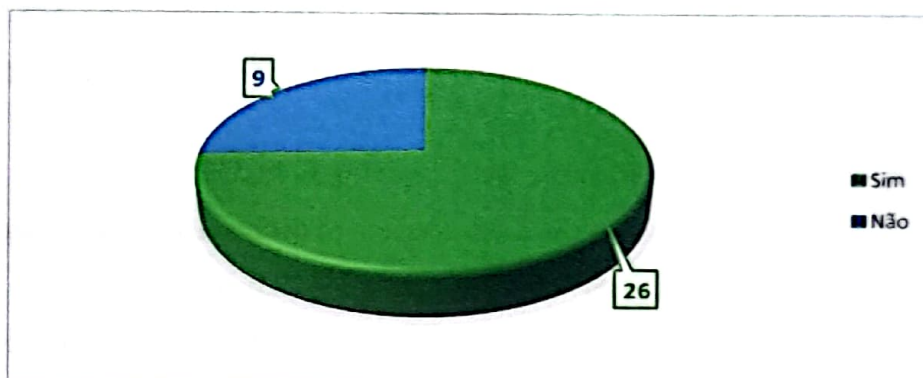
Diferente dos dados anteriores, 74% das pessoas entrevistadas relataram conhecer algum comerciante já foi vítima de crime na área do Varjão, sendo de 26% afirmaram que não conhecem ninguém nessa situação. Esse dado associado às informações da tabela 3.3 demonstra que mesmo conhecendo algum comerciante que já tenha sofrido algum crime a sensação de segurança é boa no Varjão.

Tabela 3.5 – Conhecimento de vítima de crime em serviço

Conhecimento de vítima de crime em serviço	Quantidade	Frequência
Sim	26	74%
Não	9	26%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.5 – Conhecimento de vítima de crime em serviço



Fonte: Tabela 3.5

Agora a pergunta foi direcionada à percepção da presença policial na área pesquisada, mais precisamente com relação às rondas motorizadas próximas ao comércio no qual exerce seu ofício.

Os dados obtidos demonstram que todos comerciantes entrevistados, no caso 100%, visualizam as viaturas policiais militares executando o policiamento ostensivo próximo ao seu comércio.

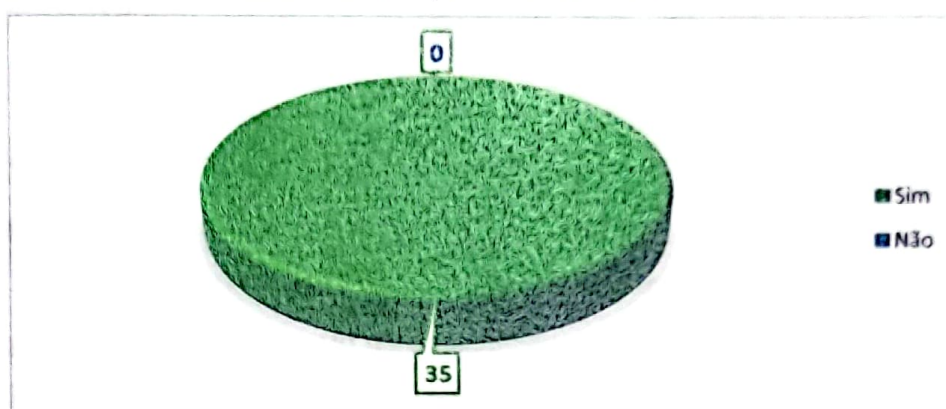
Informação muito importante, pois demonstra que os comerciantes notam a presença policial.

Tabela 3.6 – Policiamento motorizado próximo ao comércio

Há rondas motorizadas próximo ao comércio	Quantidade	Frequência
Sim	35	100%
Não	0	0%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.6 – Policiamento motorizado próximo ao comércio



Fonte: Tabela 3.6

Ainda relativa à percepção da presença policial na área pesquisada, a próxima pergunta tem como foco as rondas feitas a pé próximo o comércio.

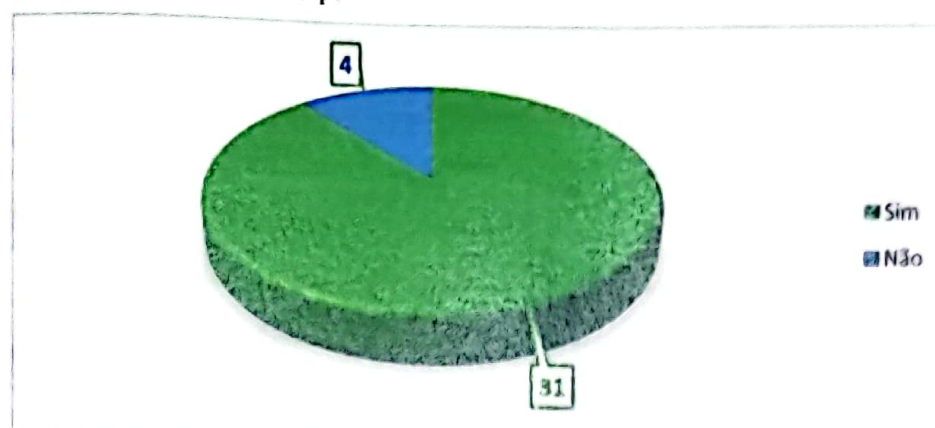
Ainda apresentando um percentual elevado, 89% dos comerciantes pesquisados conseguem vislumbrar o policiamento a pé próximo ao comércio e apenas 11% que não percebem esse tipo de policiamento. Mais uma informação para confirmar a percepção dos comerciantes com relação à presença policial.

Tabela 3.7 – Policiamento a pé

Há rondas a pé próximo ao comércio	Quantidade	Frequência
Sim	31	89%
Não	4	11%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.7 – Policiamento a pé



Fonte: Tabela 3.7

Agora direcionando as questões para o conhecimento dos pesquisados sobre o Policiamento Comunitário, perguntou-se se os comerciantes conheciam, pelo nome, os policiais militares que atuam na área onde se localiza seu comércio.

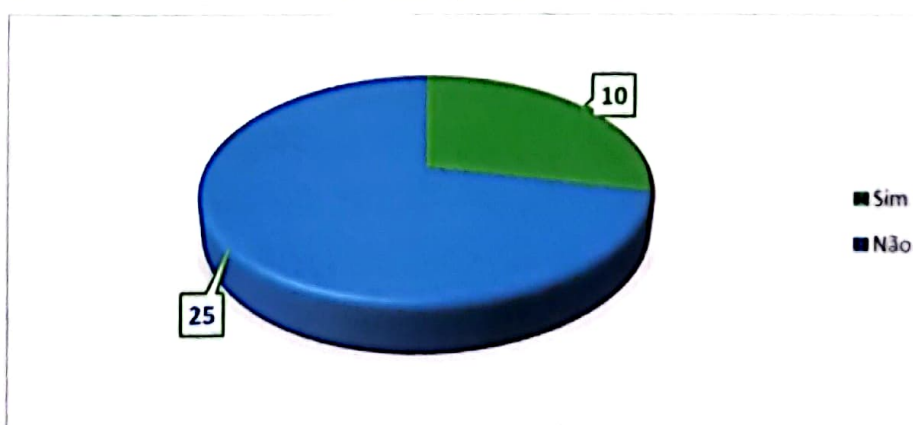
Constatou-se que 71% dos entrevistados não conhece os policiais pelo nome, o que pode caracterizar um certo distanciamento dos comerciantes com a instituição policial e que 29% conhecem os policiais pelo nome.

Tabela 3.8 – Conhecimento dos policiais pelos comerciantes

Conhecimento dos policiais	Quantidade	Frequência
Sim	10	29%
Não	25	71%
<i>Total</i>	<i>35</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.8 – Conhecimento dos policiais pelos comerciantes



Fonte: Tabela 3.8

A próxima pergunta foi relativa ao Policiamento Comunitário. Foi questionado aos comerciantes entrevistados se eles sabiam o que era Policiamento Comunitário.

O que se obteve de resposta foi que 14% dos pesquisados não sabem o que é Policiamento Comunitário, enquanto 86% dizem saber.

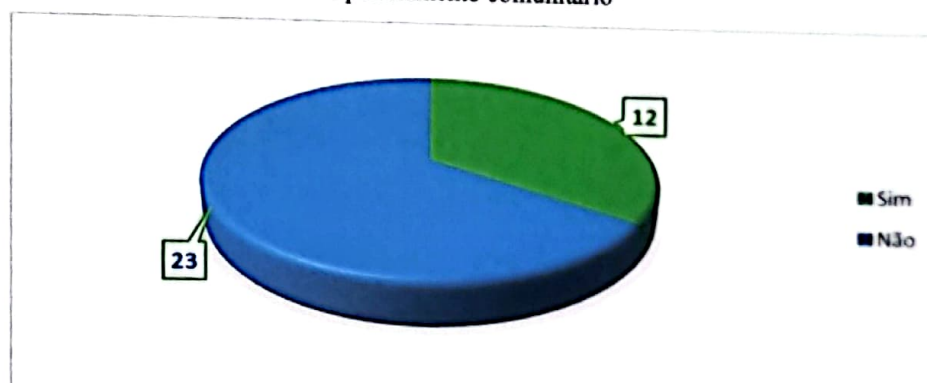
Essa informação é relevante, pois uma oportunidade para as forças de segurança no sentido de utilizar esse conhecimento deles para realizar uma interação maior entre polícia e comerciantes.

Tabela 3.9 – Conhecimento de policiamento comunitário

Conhecimento de Policiamento Comunitário	Quantidade	Frequência
Sim	30	86%
Não	5	14%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.9 – Conhecimento de policiamento comunitário



Fonte: Tabela 3.9

E por fim, foi perguntado ao comerciante entrevistado se ele sentia-se seguro com o tipo de policiamento que era feito na área em que se localiza o seu comércio.

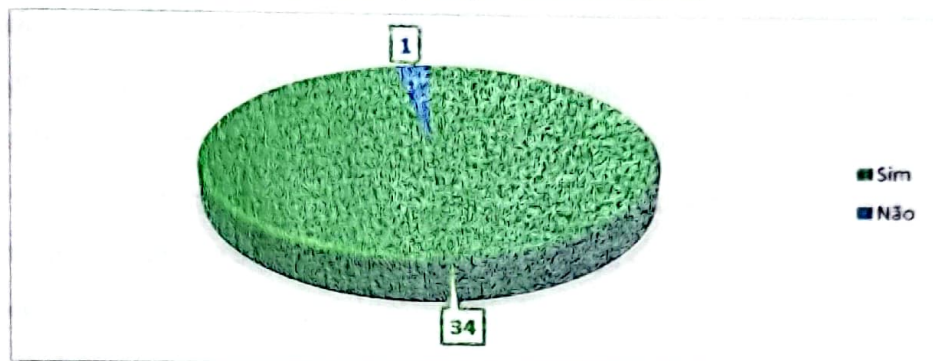
Observou-se com essa pergunta que 97% dos pesquisados sentem-se seguros com o tipo de policiamento que é executado, excelente indicativo, contra apenas 1% que não sentem-se seguros.

Tabela 3.10 – Segurança quanto ao tipo de policiamento realizado

Há sensação de segurança com o tipo de policiamento realizado	Quantidade	Frequência
Sim	34	97%
Não	1	3%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do questionário aplicado na pesquisa de campo no Varjão, 2015.

Gráfico 3.10 – Segurança quanto ao tipo de policiamento realizado



Fonte: Tabela 3.10

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como negar que as questões de segurança influenciam de maneira muito significativa a vida da sociedade. E as questões de segurança são diretamente afetadas por questões econômicas e sociais.

O aumento das desigualdades sociais ligadas diretamente a má distribuição das riquezas, o baixo desempenho econômico do país, as graves questões de desvio de dinheiro público criam instabilidades na sociedade que vão culminar nas questões de segurança reflexo disso é o aumento dos casos de criminalidade e ações delituosas.

A violência virou um assunto banal e os índices de criminalidade deixam cada vez mais a população amedrontada. Não se vive hoje sem um constante medo de sofrer algum tipo de violência, seja ela física ou moral. E isso cria um sentimento de impotência que afeta diretamente a sensação de segurança por parte da comunidade.

Além disso, parte das estratégias do Estado em resolver os problemas de segurança parecem não surtir o efeito desejado. É notória a incapacidade das forças policiais controlar ou diminuir a onda de violência, utilizando-se do sistema tradicional de Segurança Pública.

Percebe-se que a forma isolada de atuar das diversas forças policiais, o excesso de burocracia, as condições de trabalho desses profissionais, o tipo de formação a qual são submetidos, tudo isso afeta diretamente os resultados no combate à criminalidade.

Dessa forma, a mídia constantemente relata o aumento dos crimes, a ineficiência das instituições de segurança em combater os delitos, os baixos índices de resolução de crimes, o fracasso das estratégias de segurança, além dos casos de abusos e desvios dos agentes de segurança. Assim, é claramente visto que algo precisa ser reformulado para se combater de forma significativa a criminalidade.

Mas a responsabilidade não recai apenas nas instituições públicas. A sociedade de modo geral se omite e participa quanto o assunto é a criminalidade.

A todo o momento se ouve que o Estado deve garantir a segurança do cidadão, que o Estado deve respeitar os direitos do cidadão, porém o cidadão tem que entender que ele também é parte do problema e da solução.

Quantas vezes aparecem notícias sobre morte no trânsito, porém o causador desse tipo de violência é o cidadão que desrespeita a lei e faz ingestão de bebida alcoólica antes de dirigir, ou dirige utilizando o celular, ou fazendo ultrapassagem em local proibido.



Outro exemplo é quando o cidadão compra algum bem sem procedência, com o preço muito abaixo do valor normal, perceptivelmente objeto fruto de algum tipo de crime, mas é o mesmo cidadão que reclama do aumento do número de roubos e furtos.

Mais um exemplo é daquele cidadão que reclama que houve um estupro em seu bairro por um sujeito que estava drogado, mas esse mesmo cidadão sempre vai a um ponto de venda de drogas comprar maconha. E o morador vizinho a boca de fumo se omite e não avisa as autoridades que o crime ocorre todos os dias naquele local.

Enfim, esses são pequenos exemplos de como a sociedade contribui para o aumento dos crimes, criminalidade essa que poderia ser facilmente evitada com o auxílio da população, seja respeitando as leis, seja contribuindo com as instituições policiais tanto com informações quanto como no planejamento de ações de combate ao crime.

Assim, estudar e conhecer o problema constitui o primeiro passo na luta contra a violência. Mas só isso não é o suficiente. É necessário o engajamento e o comprometimento da comunidade e do Estado para que se criem mudanças.

É nesse ponto que ações como o Policiamento Comunitário podem ser alternativas para um quadro pessimista sobre os rumos da segurança pública.

Dessa forma, buscando então verificar se o Policiamento Comunitário realmente é uma ação que pode ser eficaz para mudar a situação atual do combate à criminalidade, este trabalho teve como proposta a análise da percepção da sociedade em relação ao Policiamento Comunitário, segundo a perspectiva dos moradores, comerciantes e dos policiais na área do Varjão.

Assim, a partir de todo o embasamento teórico levantado por esta pesquisa, foi-se a campo e verificou-se que existem indícios que a sociedade percebe o Policiamento Comunitário de forma positiva.

Dessa forma, pelos dados apresentados, pode-se perceber que a comunidade do Varjão percebe a importância do Policiamento Comunitário para a tranquilidade e para a segurança de modo geral.

Isso foi confirmado a partir das três categorias que inseridas na comunidade opinaram dentro da sua esfera de percepção: a) Os moradores que mesmo já tendo sofrido ou conhecendo alguém que já foi vítima de crime acham que esse tipo de policiamento os aproxima da polícia e fazem com que eles possam auxiliar de alguma maneira a forma de como a segurança do local onde reside seja mais eficiente; b) Os comerciantes, que como os moradores, ou já sofreram ou conhecem alguém que já foi vítima de crime trabalhando no

Varjão, mas apoiam as ações do Policiamento Comunitário e se sentem mais próximos da polícia e ficam mais à vontade para opinar no modo como o policiamento é feito na área do seu comércio; c) Os policiais militares que por trabalharem naquela área tornam-se parte da comunidade, pois acabam conhecendo o local, os moradores, os comerciantes, as necessidades, os problemas e assim criam um vínculo que utilizado da forma correta contribuem para a eficácia do seu trabalho junto à essa comunidade.

Com base neste estudo realizado, sugerem-se algumas ações que podem consolidar as atividades do Policiamento Comunitário no Varjão:

- a) Processo seletivo com os policiais do 24º BPM visando escolher os policiais que possuem o perfil mais qualificado para atuar diretamente com o policiamento comunitário. Assim, consolida a interação entre policial e comunidade.
- b) Realizar cursos para aos moradores do Varjão relativo ao Policiamento Comunitário para aumentar o conhecimento dessas pessoas sobre esse assunto contribuindo também para estreitar os laços com a comunidade.
- c) Realizar também cursos com os comerciantes do Varjão com o mesmo intuito de expandir o conhecimento sobre Policiamento Comunitário contribuindo também para a interação com eles.
- d) Convidar a comunidade a buscar o posto comunitário do Varjão para conhecer melhor os policiais que ali trabalham, conhecer melhor o trabalho da Polícia Militar e sugerir ideias, ações para a melhoria das condições de segurança no Varjão.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Jorge Schorne de. **Sistema Nacional de Segurança Pública**. Palhoça, 2009. Livro didático do Curso de Especialização em Polícia Comunitária da UnisulVirtual.
- BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária- 3º ed.** Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2008.
- BRASÍLIA. **Manual de Técnicas e Táticas Policiais – Volume I – Polícia Militar do Distrito Federal – Brasília – DF.** 2012
- BRITO C.E.T, DANTAS G.F.L, MAGALHÃES L.C, PERSIJN A. **Essência e valor da gestão comunitária da segurança pública**, 2007. Disponível em: <http://blogandoseguranca.blogspot.com.br/2011/06/integra-do-artigo-essencia-e-valor-da.html> . Acesso em: 10/10/20015.
- DIAS NETO, Theodomiro. **Comunitário e controle sobre a Polícia: a experiência norte americana**. São Paulo, IBCCRIM, 2000.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 24.316**, de 23 de dezembro de 2003, Dispõe sobre a implantação no Distrito Federal do Programa de Segurança Comunitária. DODF de 24.12.2003. [http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id\\_norma\\_consolidado=44189](http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=44189) . Acesso em 16 de outubro de 2015.
- TC FEITOSA, 1º TEN GOMES NASCIMENTO; 1º SGT INÊS; 3º SGT JULIANA. **Manual de História, Valores, Tradição e Organização da Polícia Militar do Distrito Federal**, 2010.
- GIL, Antonio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, 2008.
- MESQUITA, Paulo. **Policiamento comunitário e prevenção do crime**. São Paulo, 2004.

**OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.**

**SILVA, Jorge da, Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1990.**

**SKOLNICK, Jerome H; BAYLEY, David. Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006. (Série Polícia e Sociedade; n.º 6 / Organização: Nancy Cardia).**

**TRAJANOWICZ, Robert e BUXQUEROUX Bonnie. Policiamento Comunitário – Como Começar. São Paulo. 1994.**

**UNISUL. Teoria de polícia comunitária: Modalidade a distância. Palhoça: Unisul Virtual, 2009. <<http://www.webartigos.com/artigos/a-policia-comunitaria-nobrasil/21937/>> . Acesso em 09 setembro de 2015.**

**VINADÉ, Gerson. Policial comunitário: comunidade cidadã. Rio Grande do Sul: Autêntica. 2002.**

Sítio GDF < <http://www.varjao.df.gov.br/sobre-a-ra-xxiii/a-secretaria.html>>, acesso em 10/8/2015.

Sítio Anuário DF < <http://www.anuariodof.com.br/regioes-administrativas/ra-xxiii-varjao/>>, acesso 15/09/2015.

Sítio G1: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/05/moradores-do-varjao-querem-volta-de-horario-para-fechamento-de-bares.html>> e <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/05/pm-apreende-jovem-com-pistola-calibre-762-no-df.html>>, acesso 15/09/2015.

Sítio Alo: < <http://www.alo.com.br/noticias/ultimas/167236-varjao-sem-violencia>>, acesso 15/09/2015.

**ANEXO – Decreto nº 24.316 de 23/12/2003 – sobre a implantação do Programa de Segurança Comunitária.**

DECRETO Nº 24.316, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003

DODF DE 24.12.2003

Dispõe sobre a implantação no Distrito Federal do Programa de Segurança Comunitária e sobre a criação do Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária, dos Grupos Gestores Regionais de Segurança Comunitária e dos Núcleos de Segurança e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e X, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal responsável pela implantação do Programa de Segurança Comunitária no Distrito Federal.

Art. 2º O Programa de Segurança Comunitária terá como diretriz integrar e engajar, na implantação de uma nova forma de gestão de segurança comunitária, os órgãos do Sistema de Segurança Pública no Distrito Federal, demais órgãos governamentais, representantes da sociedade civil e as autoridades locais dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público.

Parágrafo único. As entidades envolvidas no Programa de Segurança Comunitária participarão da formulação, desenvolvimento e avaliação das medidas operacionais que objetivem a

redução da criminalidade, violência, sinistros, desastres e acidentes, priorizando ações preventivas tendentes à obtenção de uma melhor qualidade de vida, maior percepção de risco da sociedade e aumento da sensação de segurança.

Art. 3o O Programa de Segurança Comunitária buscará desenvolver uma estratégia de trabalho priorizando as seguintes ações:

I – contribuir para a resolução dos problemas sociais com reflexos na área de segurança pública a curto, médio e longo prazo;

II – envolver a comunidade na gestão da política de segurança pública e defesa social;

III – realizar o policiamento e as atividades preventivas de acidentes, desastres e sinistros, de forma descentralizada e personalizada;

IV – pautar a conduta dos participantes das atividades de segurança comunitária em preceitos éticos, legais, responsáveis e calcados na confiança mútua;

V – promover o atendimento ao público, especialmente idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais, dentre outros;

VI – estabelecer parcerias com instituições de ensino superior e organismos de fomento à pesquisa;

VII – implementar mudanças nos procedimentos operacionais necessárias à adequação da nova filosofia;

VIII – promover a capacitação e o satisfatório acompanhamento psicossocial dos profissionais de segurança pública envolvidos no programa;

IX – ampliar o papel social dos órgãos integrantes do sistema;

X – realizar campanhas educativas com a participação efetiva de todos os organismos envolvidos no processo e, em especial, a mídia e as instituições de ensino;

XI – fomentar a responsabilidade e a participação dos cidadãos na política de prevenção e contenção da criminalidade.

Art. 4o Ficam criados, no âmbito do Distrito Federal, o Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária – CODESCOM, os Grupos Gestores Regionais de Segurança Comunitária – GESCOM e os Núcleos de Segurança Comunitária – NUSCOM.

Art. 5o O Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária – CODESCOM, presidido pelo Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal, é composto por membros governamentais efetivos e membros colaboradores.

§ 1o São membros governamentais efetivos:

I – o Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal;

II – o Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal;

III – o Secretário de Estado de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal;

IV – o Chefe de Polícia Civil do Distrito Federal;

V – o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal;

VI – o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

VII – o Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal;

VIII – o Subsecretário de Programas Comunitários da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal;

IX – o Subsecretário do Sistema de Defesa Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal;

X – o Chefe do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública e Defesa Social da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

§ 2º São membros colaboradores os presidentes dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs criados pelo Decreto nº 24.101, de 25 de setembro de 2003.

§ 3º O Presidente poderá convidar para participar das reuniões os representantes de outros órgãos públicos e da sociedade civil.

Art. 6º Compete ao Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária – CODESCOM:

I – reunir-se ordinariamente, no mínimo a cada dois meses, e extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho;

II – deliberar sobre políticas de segurança comunitária e defesa social no âmbito do Distrito Federal;

III – fiscalizar as ações dos Grupos Gestores Regionais de Segurança Comunitária;

IV – propor ações conjuntas de prevenção a delitos, acidentes, desastres e sinistros;

V – propor medidas necessárias ao bom funcionamento dos Grupos Gestores Regionais de Segurança Comunitária;

VI – articular-se com órgãos governamentais, sociedade civil e outras entidades participativas, visando ao estudo, prevenção e solução de problemas que possam contribuir para a redução da ocorrência de delitos, desastres, acidentes e sinistros.



Art. 7º Os Grupos Gestores Regionais de Segurança Comunitária – GESCOM, com atuação no território da respectiva Região Administrativa, sob a presidência do Administrador Regional, é composto por membros governamentais efetivos e membros colaboradores.

§ 1º São membros governamentais efetivos:

I – o Comandante do Batalhão ou Companhia de Polícia Militar da respectiva Região Administrativa;

II – o Comandante do Batalhão ou Companhia do Corpo de Bombeiros Militar da respectiva Região Administrativa;

III – os Delegados-Chefes das Delegacias de Polícia Civil da respectiva Região Administrativa;

IV – um representante do Departamento de Trânsito do Distrito Federal;

V – um representante da Subsecretaria de Programas Comunitários;

VI – um representante do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública e Defesa Social.

§ 2º São membros colaboradores os Presidentes dos Conselhos Comunitários de Segurança, com atuação na área da respectiva Região Administrativa, bem como os presidentes da Comissão e dos Núcleos de Defesa Civil sediados na localidade.

Art. 8º Compete aos Grupos Gestores Regionais de Segurança Comunitária – GESCOM:

I – reunir-se ordinariamente, no mínimo uma vez por mês, e extraordinariamente, por convocação do Presidente do respectivo grupo;

II – avaliar as atividades de segurança comunitária prestadas pelos Núcleos de Segurança Comunitária – NUSCOM e Centros Integrados de Segurança Pública – CISP e propor medidas saneadoras;

III – definir ações de segurança pública e defesa social para reduzir a criminalidade, violência, sinistros, desastres e acidentes;

IV – propor, mediante estudo estratégico de área, a distribuição dos profissionais de segurança comunitária, de forma a melhorar o desempenho das atividades;

V – fiscalizar e zelar pela utilização dos recursos humanos e materiais disponibilizados;

VI – controlar os efetivos dos profissionais de segurança comunitária, visando à permanência pelo período mínimo preconizado;

VII – capacitar todos os profissionais de segurança comunitária que atuam na Região Administrativa e promover a capacitação continuada dos demais;

VIII – acompanhar o desempenho dos profissionais de segurança comunitária e, quando necessário, propor a avaliação social e psicológica de qualquer dos integrantes ou a sua substituição;

IX – zelar pela observância da filosofia do programa de segurança comunitária e de seus princípios doutrinários;

X - propor instrumentos de avaliação das ações do programa de segurança comunitária por parte da comunidade atendida;

XI – aprimorar continuamente os serviços prestados à comunidade;

XII – encaminhar, mensalmente, ao Presidente do Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária relatório circunstanciado de todas as suas atividades;

XIII – outras atividades que lhe forem atribuídas.

Parágrafo único. A Subsecretaria de Programas Comunitários da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal exercerá a supervisão geral dos Grupos Gestores Regionais de Segurança Comunitária – GESCOM.

Art. 9º Os Núcleos de Segurança Comunitária – NUSCOM, constituídos por integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e do Departamento de Trânsito, atuarão de forma integrada com a comunidade, pautando-se pelas seguintes diretrizes:

I – contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, atuando como agentes dinamizadores do civismo, da coesão social e da segurança pessoal e coletiva;

II – direcionar as ações preventivas de segurança pública e defesa social;

III – aumentar o grau de integração com a comunidade e a qualidade da atuação dos profissionais de segurança comunitária;

IV – promover medidas operacionais e estratégicas para redução sustentada da criminalidade, violência, sinistros, desastres e acidentes;

V – priorizar condutas positivas de prevenção e antecipação dos problemas afetos à segurança pública;

VI – promover orientação teórica e prática a setores da comunidade mediante palestras, demonstrações, conferências e estudos específicos.

Art. 10. Serão implantados inicialmente, como projeto piloto, os Núcleos de Segurança Comunitária nas cidades de Candangolândia, Cruzeiro e Recanto das Emas, estendendo-se oportunamente o programa para outras localidades do Distrito Federal.

§ 1o Os Núcleos serão instalados provisoriamente em dependências físicas de um dos órgãos de segurança pública envolvidos no programa ou em imóvel designado para esse fim, de modo a favorecer o acesso da população e a familiaridade com um único ponto de referência para o atendimento comunitário.

§ 2o Será designado por cada segmento de segurança pública um Coordenador de Operações, por Núcleo de Segurança Comunitária, escolhido dentre profissionais de nível de escolaridade superior e devidamente capacitado para a atividade a ser desempenhada no programa, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, coordenar, controlar, fiscalizar e direcionar as atividades dos NUSCOMs.

Art. 11. A atuação específica dos órgãos, unidades e Conselhos de que trata o presente Decreto será disciplinada por portaria do Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 2003

116º da República e 44º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS POLICIAIS MILITARES DO 24ºBPM

Questionário aplicado aos Policiais Militares que trabalham no 24º BPM, batalhão responsável pela área do Varjão.

### QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte integrante do trabalho científico do Bacharelado em Ciências Policiais desenvolvido pelo Aspirante QOPM Frederico Braga CONSTANTINO que possui como tema: **O Policiamento Comunitário e a Sociedade**. Esse questionário tem por objetivo saber sua opinião sobre o assunto sendo que sua colaboração tem grande relevância para a continuidade e conclusão desse trabalho.

Informo que não é necessário identificar-se e desde já sou grato pela sua colaboração.

1) Quanto tempo de serviço você possui na PMDF?

- de 0 a 5 anos;
- de 6 anos a 10 anos;
- de 11 anos a 20 anos;
- de 21 anos ou mais.

2) Quanto tempo de serviço você possui no 24º BPM?

- de 0 a 5 anos;
- de 6 anos a 10 anos;
- de 11 anos a 20 anos;
- de 21 anos ou mais.

3) Com que frequência você trabalha na área do Varjão?

- Sempre;
- Rotativamente.

4) Você já fez algum curso sobre Policiamento Comunitário?

( ) Sim;

( ) Não.

5) Você já trabalhou aplicando diretamente o Policiamento Comunitário?

( ) Sim;

( ) Não.

6) Você aplica o Policiamento Comunitário na sua área de atuação?

( ) Sim;

( ) Não.

7) Você conhece moradores da área do Varjão pelo nome?

( ) Sim;

( ) Não.

8) Você conhece comerciantes da área do Varjão pelo nome?

( ) Sim;

( ) Não.

9) Você acha que o Policiamento Comunitário funciona como uma ação efetiva na prevenção e redução da criminalidade?

( ) Sim;

( ) Não.

10) Você acha que os comerciantes e moradores da área do Varjão percebem a importância do Policiamento Comunitário para a prevenção e redução da criminalidade?

( ) Sim;

( ) Não.

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DA ÁREA DO VARJÃO

Questionário aplicado aos Moradores que residem na área do Varjão.

### QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte integrante do trabalho científico do Bacharelado em Ciências Policiais desenvolvido pelo Aspirante QOPM Frederico Braga CONSTANTINO que possui como tema: **O Policiamento Comunitário e a Sociedade**. Esse questionário tem por objetivo saber sua opinião sobre o assunto sendo que sua colaboração tem grande relevância para a continuidade e conclusão desse trabalho.

Informo que não é necessário identificar-se e desde já sou grato pela sua colaboração.

1) Quantos anos de você mora em Brasília?

( ) de 0 a 10 anos;

( ) de 11 anos a 20 anos;

( ) de 21 anos ou mais.

2) Quantos anos de você mora no Varjão?

( ) de 0 a 10 anos;

( ) de 11 anos a 20 anos;

( ) de 21 anos ou mais.

3) Você considera o Varjão um lugar seguro?

( ) Sim;

( ) Não.

4) Você já foi vítima de algum crime na área do Varjão?

( ) Sim;

( ) Não.

- 5) Você conhece algum morador que já foi vítima de algum crime na localidade do Varjão?
- Sim;
- Não.
- 6) Você vê a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF fazer rondas motorizadas constantes próximo a sua residência?
- Sim;
- Não.
- 7) A Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF faz rondas a pé constantemente próximo a sua residência?
- Sim;
- Não.
- 8) Você conhece pelo nome os policiais que trabalham na área do Varjão?
- Sim;
- Não.
- 9) Você sabe o que é Policiamento Comunitário?
- Sim;
- Não.
- 10) Você se sente seguro com o tipo de policiamento que é executado na área que se localiza sua residência?
- Sim;
- Não;



## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COMERCIANTES DA ÁREA DO VARJÃO

Questionário aplicado aos Comerciantes que trabalham na área do Varjão.

### QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte integrante do trabalho científico do Bacharelado em Ciências Policiais desenvolvido pelo Aspirante QOPM Frederico Braga CONSTANTINO que possui como tema: **O Policiamento Comunitário e a Sociedade**. Esse questionário tem por objetivo saber sua opinião sobre o assunto sendo que sua colaboração tem grande relevância para a continuidade e conclusão desse trabalho.

Informo que não é necessário identificar-se e desde já sou grato pela sua colaboração.

1) Quantos anos você trabalha com comércio?

( ) de 0 a 2 anos;

( ) de 3 anos a 5 anos;

( ) de 6 anos ou mais.

2) Quantos anos você trabalha com comércio no Varjão?

( ) de 0 a 2 anos;

( ) de 3 anos a 5 anos;

( ) de 6 anos ou mais.

3) Você considera o Varjão um lugar seguro?

( ) Sim;

( ) Não.

4) Você já foi vítima de algum crime quando estava trabalhando?

( ) Sim;

( ) Não.

5) Você conhece algum comerciante que já foi vítima de algum crime quando estava trabalhando?

( ) Sim;

( ) Não.

6) A Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF faz rondas motorizadas constantes próximo ao seu comércio?

( ) Sim;

( ) Não.

7) A Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF faz rondas a pé constantemente próximo ao seu comércio?

( ) Sim;

( ) Não.

8) Você conhece pelo nome os policiais que trabalham na sua área?

( ) Sim;

( ) Não.

9) Você sabe o que é Policiamento Comunitário?

( ) Sim;

( ) Não.

10) Você se sente seguro com o tipo de policiamento que é executado na área que se localiza o seu comércio?

( ) Sim;

( ) Não;